

Municípios

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO

A Revista da Associação Paulista de Municípios

Ano 4 • Número 31 • R\$ 7,00



51



CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

“Desenvolvimento
Sustentável
dos Municípios”

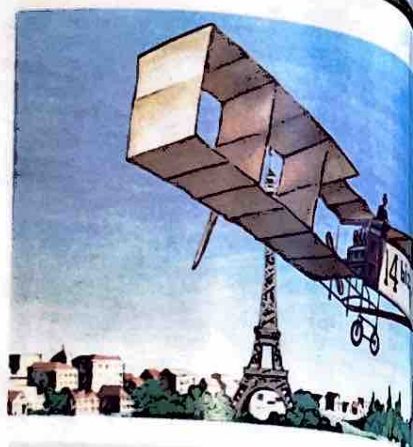
GALERIA DE FOTOS
Veja alguns flashes
do evento que parou
Campos do Jordão

**Evento reúne representantes
das três esferas do governo e
conta com a participação
de mais de 4 mil pessoas**

TI
Confira os
resultados da
avaliação dos sites
municipais feita pela
Fundap e FGV

ENTREVISTA: FRANCISCO GRAZIANO NETO DIZ QUE MUNICÍPIOS SERÃO BENEFICIADOS COM PROJETOS AMBIENTAIS

Alberto



QUEM INVENTOU O AVIÃO?

O primeiro homem a voar foi um menino observador. Um menino persistente, que não desanimava nunca. Adorava observar as aves voando. Para imitá-las, deixava de brincar com os amigos para fazer empinando suas pipas. Tinha ainda outro passatempo preferido: a leitura de histórias cheias de aventuras. As preferidas eram as dos livros de Júlio Verne, o escritor que imaginou a volta ao mundo em poucos dias e a viagem à Lua. Já adolescente, o garoto, numa exposição na França, conheceu o motor de explosão, a máquina diferente com a qual ele havia sonhado. Começaram então os estudos sérios. Ele construiu muitos aparelhos e fez muitas experiências. Parou ali o Menino Maluquinho.

Uma vez, ele criou um balão tão pequeno, de forma tão diferente que ninguém acreditou que ele subisse. Pois ele fez o balão caminhar pelas ares. E deu ao balão o nome de "Brasil". Depois fez subir um novo balão, cheio de gás inflamável, carregando um motor a gasolina. Isso impressionou todos os parisienses. Mas o garoto queria mais. Ele pretendia fazer o que era considerado impossível.

SANTOS D

Numa tarde, o povo de Paris correu às ruas. Todos queriam ver a maior proeza de todos os tempos. Diziam que um homem iria passear pelos céus num aparelho mais pesado que o ar. Quando um aparelho chamado de 14-Bis cortou o céu, a multidão vibrou. Um gênio acabava de realizar, pela primeira vez, o

Com educação de qualidade,
a escola pública pode fazer
brasileiros melhores.

SISTEMA DE ENSINO

Aprende Brasil



A Editora Positivo apresenta o sistema que está revolucionando o ensino nas escolas públicas e que já é utilizado por mais de 40 Municípios em 11 Estados em todo o Brasil: **SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino**. Um conjunto de recursos pedagógicos, com toda a garantia do maior grupo educacional do País.

- **Centro de Pesquisas:** com mais de 200 educadores qualificados e com experiência em sala de aula. Tudo para criar, desenvolver e atualizar os materiais que serão utilizados nas escolas da sua cidade.
- **Livros Didáticos Integrados:** entre séries e disciplinas, com *links* de conteúdo para o Portal Aprende Brasil.
- **Assessoria Pedagógica:** cursos freqüentes e suporte constante para os professores aprimorarem seus conhecimentos e sua formação.
- **Portal Aprende Brasil:** conteúdo educacional exclusivo, avançados recursos multimídia e acesso personalizado para professores e alunos, além da *homepage* personalizada para o município.

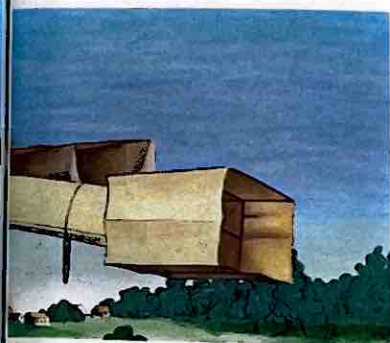
Entre em contato com a Editora Positivo e tenha no seu município o sistema que está deixando o ensino das escolas públicas ainda mais completo. **SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino**.



EDITORA

POSITIVO

0800 644 1515 - www.editorapositivo.com.br



UMONT

mundo, um dos maiores sonhos da humanidade:
imitar as aves! Eu vou dizer o nome do menino
que se tornou o inventor do avião... Isso mesmo!
Vocês já estão dizendo com orgulho: o brasileiro
Alberto Santos Dumont!

O GRANDE ENCONTRO DO MUNICIPALISMO



Nossa Entidade é reconhecida nos quatro cantos do nosso Estado, pelo tradicional Congresso que realiza há 51 anos. Como não poderia ser diferente, neste ano, em Campos do Jordão, tivemos uma expressiva participação de todos os municipalistas de São Paulo e também de outros Estados.

Nosso tema principal foi o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios, que trouxe a tona todos os assuntos relacionados ao meio ambiente, como também o envolvimento das demais áreas de atuação das prefeituras municipais, alertando o papel de cada uma delas para o tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Os números comprovam por si só a importância do nosso evento. Mais de 4.300 congressistas inscritos e mais de 400 municípios representados. Foram seis dias de trabalho intenso, onde tivemos todos os auditórios lotados, inúmeras teses, proposituras e indicações apresentadas. A Programação Especial, que a cada ano tem uma participação maior das Primeiras Damas e técnicos da área social das Prefeituras, também foi um destaque de nosso Congresso. O "Momento Cultural" trouxe personalidades de renome nacional que abrilhantaram nosso evento com suas palestras e reflexões.

Gostaria de registrar os nossos agradecimentos a todos aqueles que foram convidados e participaram deste Congresso, pois com toda certeza são nossos palestrantes que dão a essência nos temas debatidos, principalmente porque a interlocução com os congressistas foi surpreendente.

Terminado este que é nosso principal

evento, tivemos o cuidado de mandar a todos os congressistas inscritos, o certificado de participação, juntamente com a Carta de Campos do Jordão e um questionário para ser respondido e devolvido a APM, onde através do mesmo queremos saber a opinião de todos e corrigir eventuais falhas de organização.

Nosso trabalho não termina com o encerramento do Congresso, vamos dar encaminhamento a todas as teses e proposituras apresentadas, protocolando as mesmas nos devidos órgãos federais ou estaduais, pois somente assim registramos os objetivos e a importância do trabalho dos congressistas.

Nesta edição estaremos mostrando um pouco do que foi este 51º Congresso Estadual de Municípios, porém, é necessário reafirmarmos que a APM, em suas atividades durante o ano, não realiza somente este evento. Nosso trabalho tem se concretizado nas diversas ações que a atual Diretoria vem exercendo em prol dos municípios paulistas.

Ainda neste ano teremos o 8º CBTIM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, além disto, estamos levando a todas as regiões do nosso Estado o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais do Meio Ambiente e ainda teremos diversos cursos técnicos para cada vez mais proporcionarmos uma melhor qualificação dos serviços prestados pelos municípios aos seus concidadãos.

Participe de nossa Entidade!

A luta continua!

MARCOS MONTI
Presidente da APM



Associação Paulista de Municípios
Av. São Luis, 99 - 1º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-005
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA
PRESIDENTE

Marcos Monti

1º VICE-PRESIDENTE

José Luiz Rodrigues

2º VICE-PRESIDENTE

Welson Gasparini

3º VICE-PRESIDENTE

Rubens Furlan

4º VICE-PRESIDENTE

Marcos José da Silva

SECRETARIA - MEMBROS DIRETORES

SECRETÁRIO-GERAL

Antonio César Simão

1º SECRETÁRIO

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º SECRETÁRIO

Sebastião Misiara

3º SECRETÁRIO

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA
TESOUREIRO-GERAL

Carlos Alberto Cruz Filho

1º TESOUREIRO

José Ademir Infante Gutierrez

2º TESOUREIRO

Antonio Francelino

3º TESOUREIRO

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

José Mauro Dedemo Orlandini

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PRESIDENTE

Skandar Mussi

CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

PRESIDENTE

Antonio Sérgio Baptista

A Lavraile traz para sua cidade
soluções Agrale.

LAVRAILE

(19) 3213-0222

**TRATORES
CAMINHÕES
IMPLEMENTOS
MOTORES
CHASSI
GRUPOS GERADORES
MOTO-BOMBAS
MICRO ÔNIBUS
ROÇADEIRA ARTICULADA**



AGRALE
Tecnologia na medida certa.

*Assistência técnica e oficina especializada
Toda a linha de peças de reposição*

Avenida Governador Pedro de Toledo, 2322 - Bairro Bonfim
Cep 13070-715 - Campinas - SP - Fone/Fax: (19) 3213-0222
lavraile.campinas@lavraile.com.br

- 8 Entrevista**
Secretário de Estado do Meio Ambiente afirma que municípios serão beneficiados com Projetos Ambientais
- 10 Aparecida Digital**
Prefeitura e a Secretaria de Planejamento disponibilizam internet gratuita aos municípios
- 11 Barra do Chapéu**
Cidade do Vale do Ribeira surpreende por ter melhor ensino, acompanhamento integral dos alunos e investimento em leitura
- 12 51º Congresso Estadual de Municípios**
Edição contou com a presença de grandes nomes da política brasileira para discutir o Desenvolvimento Sustentável
- 14 Gestão Pública**
- 16 TI na Gestão Pública**
- 18 Habitação**
- 19 Segurança Pública**
- 20 Vereadores**
- 21 Saúde**
- 22 Educação**
- 23 Agricultura**
- 24 Saneamento**
- 25 TCE**
- 26 Meio Ambiente**
- 28 Galeria de Fotos**
- 35 Plenárias**
- 36 Tributário**
- 37 Reforma Política**
- 38 Programação Especial**
- 39 Reuniões Paralelas**
- 40 Momento Cultural**
- 42 Frases**
- 44 Carta de Campos do Jordão**
- 45 Patrocinadores**
- 46 Audiência**
- 46 FAE**
- 47 Encerramento**
- 48 IPT**
- 50 Casos e Causos**

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aquevirque Antônio Nholla
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlandini
Marcos Monti

Municípios
Revista de São Paulo

REDAÇÃO

EDITORA
Camila Plati
municipiosdesaopaulo@gmail.com
EDIÇÃO DE ARTE
Rogério Lobato Loconte

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo
GSenne Soluções em Negócios
Tel.: (11) 4368-5678/4367-5632

FALE CONOSCO

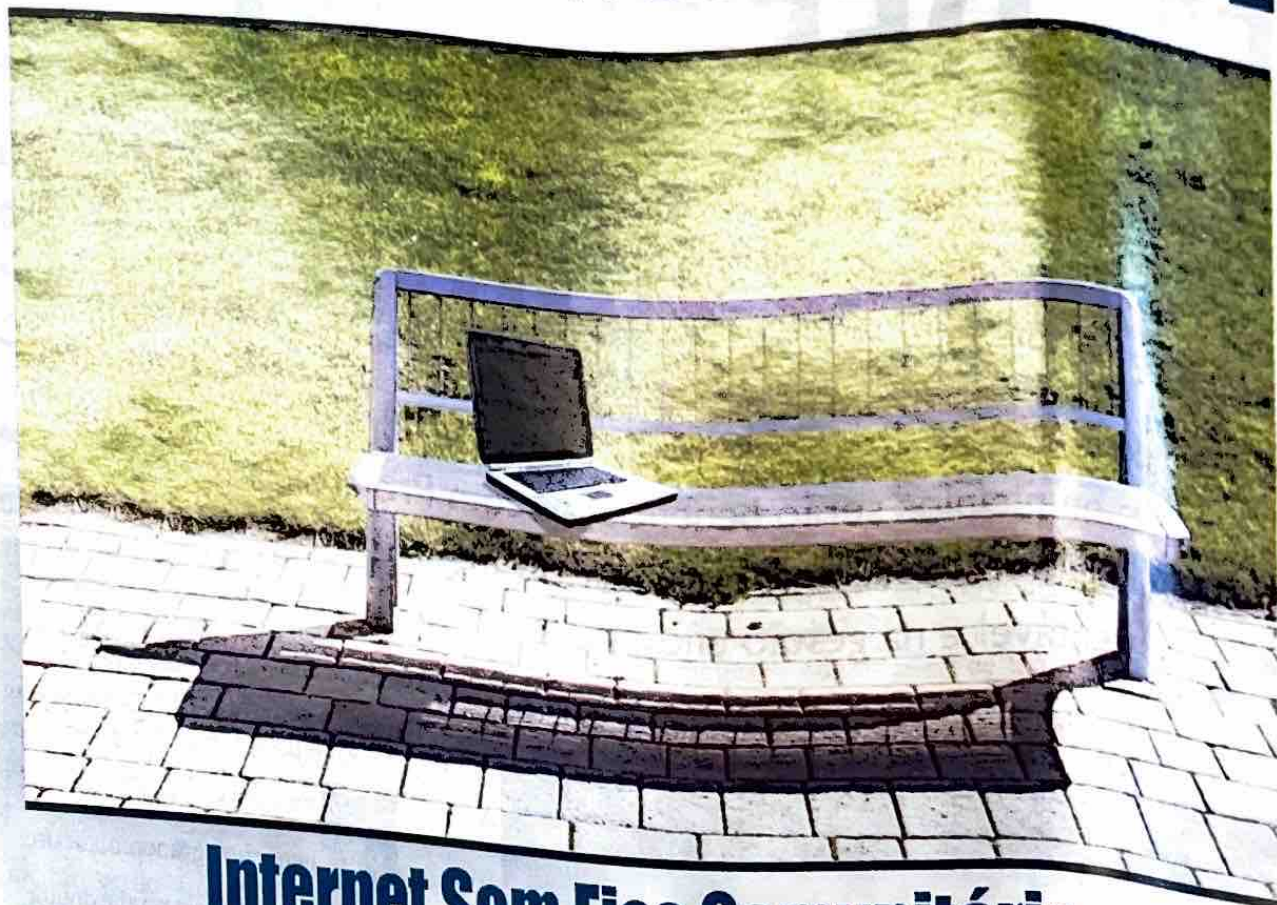
Assinaturas, renovações e números atrasados
Tel.: (11) 2165-9999 –
Fax: 2165-9986
www.apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
ouvidoria@apaulista.org.br
municipiosdesaopaulo@gmail.com

Maio/2007

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

SEU MUNICÍPIO RUMO AO FUTURO E A MODERNIDADE



Internet Sem Fios Comunitária O próximo passo para a Inclusão Digital

Através das soluções de comunicação da D-Link seu município pode muito mais. Pode permitir que todos os habitantes se conectem através da internet sem fios. Pode ficar mais seguro através da vigilância monitorada. Pode economizar nos gastos com telefonia através da comunicação VoIP.

Com D-Link o avanço tecnológico do seu município se torna realidade.

Fale com a D-Link: 61 3326 2500 ou governo@dlink.com.br

A D-Link apóia:

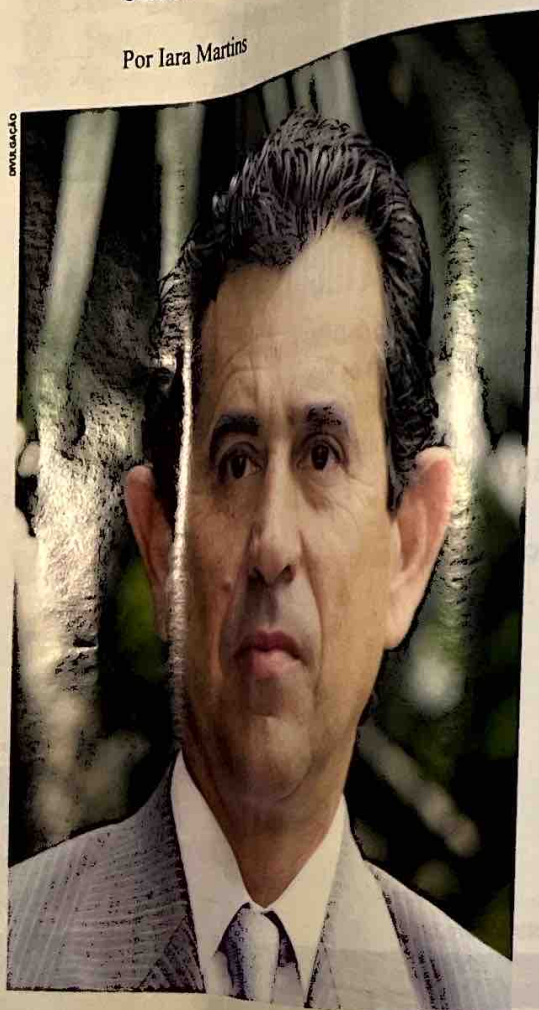


Multiplique

EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Secretário de Estado do Meio Ambiente afirma que municípios serão beneficiados com Projetos Ambientais abalizados no desenvolvimento sustentável e na gestão eficiente

Por Iara Martins



Francisco Graziano Neto é engenheiro agrônomo, mestre em economia rural e doutor em administração. Ele, que já foi presidente do INCRA no governo Fernando Henrique Cardoso (1995) e Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, durante o primeiro mandato de Mário Covas (1996-1998), é o atual Secretário de Estado do Meio Ambiente.

Em entrevista exclusiva à revista Municípios de São Paulo, o Secretário fala sobre os projetos ambientais que serão realizados em todo o Estado, com a função de aumentar a capacidade de gestão dos municípios no que diz respeito ao setor.

Qual a importância de se ter uma gestão ambiental compartilhada?

É fundamental o envolvimento do poder para democratizar a gestão pública e descentralizar a agenda ambiental.

O governo de São Paulo possui 21 Projetos Ambientais Estratégicos, que vamos implantar com a participação da sociedade, das organizações não-governamentais, das empresas e, principalmente, dos municípios.

O que é necessário aos municípios para que possam praticar uma boa política ambiental?

A falta de integração entre os níveis de governo pode ser um empecilho à gestão eficaz e transparente. Isso dá margem a programas dobrados, desarticulados e que acabam por desperdiçar recursos e ficar sem continuidade.

Um dos nossos projetos, o Município Verde, ajudará as cidades a criarem o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Conema), a constituírem estrutura executiva, com capacidade e autonomia, para comandar ações ambientais locais, como o combate à poluição, a preservação da mata ciliar.

Queremos também preparar os municípios para vencer os desafios, inclusive do licenciamento e fiscalização ambiental. Não queremos apenas dar tarefas, mas dividir responsabilidades.

O senhor é a favor da descentralização da política do meio ambiente?

Sim, estou convencido que somente o Estado não tem condições de dar as respostas necessárias e ágeis que a sociedade exige hoje dos governantes na preservação do meio ambiente.

Houve, no mês de abril, o lançamento dos 21 Projetos Ambientais Estratégicos. Como eles vão contribuir para o desenvolvimento ambiental e econômico dos municípios?

As parcerias entre Estado e municípios na implantação da agenda ambiental permitirá o desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Por quem e como eles serão acompanhados?

Uma Assessoria de Gestão Estratégica cuida do monitoramento e avaliação de cada um dos 21 Projetos Ambientais Estratégicos. Além disso, cada projeto possui um gerente e dois sub-gerentes.

Haverá regras e metas a serem cumpridas aos que aderirem aos projetos? Quais são elas?

Sim, no caso Município Verde,

palhas de cana de açúcar?

A Secretaria do Meio Ambiente está discutindo um protocolo agroambiental com o setor sucroalcooleiro. O programa chama-se Etanol Verde e tem o objetivo de antecipar consideravelmente o prazo para o fim da queima da palha da cana, prevista para 2031, como prevê a Lei nº 11.241.

O etanol é hoje uma das grandes polêmicas para os municípios. O que o Projeto Etanol Verde pretende fazer para atender às necessidades das cidades produtoras de cana de açúcar?

O projeto visa estabelecer, por meio de um protocolo agroambiental,

A falta de integração entre os níveis de governo pode ser um empecilho à gestão eficaz e transparente. Isso dá margem a programas dobrados, desarticulados e que acabam por desperdiçar recursos e ficar sem continuidade

por exemplo, pretendemos firmar um protocolo com o governo local para implantação de tratamento de esgotos domésticos; desenvolver uma política para a gestão do lixo; recuperar mata ciliar; implantar educação ambiental nas escolas municipais, entre outros pontos. A adesão ao protocolo vai permitir ao município ter prioridade na obtenção de recursos do governo do Estado ou do FEHIDRO e do FECOP.

De onde virão os recursos para o desenvolvimento desses projetos?

Os recursos serão obtidos no orçamento e por meio de parcerias.

Quais são as diretrizes do Programa que visa acelerar o fim das queimadas das

diretrizes técnicas ao setor sucroalcooleiro, destacando as questões de ordem ambiental como: queima da palha da cana, proteção de nascentes, preservação de mata ciliar, utilização da água, conservação de solo e o adotando um padrão na produção de açúcar e do álcool.

Como esse projeto pretende dar participação aos municípios e produtores de cana de açúcar, possuem usinas?

O resultado do Etanol Verde para os municípios que possuem cana, como para aqueles que possuem área de plantio de cana, será significativo no padrão de desenvolvimento ambiental do município.

APARECIDA

Aparecida Digital

Projeto apoiado pela D-Link, em parceria com a prefeitura e a Secretaria de Planejamento, disponibiliza internet gratuita aos usuários de Aparecida

Por Daniella Turano



Prefeito de Aparecida, José Luiz Rodrigues, durante o evento

porcionando mobilidade e praticidade para o uso de ferramentas de comunicação, e todo o tipo de aplicação web. A inclusão da primeira etapa do sistema "Wi-Fi" teve início em janeiro e custou R\$ 40 mil para a prefeitura, que pretende manter e até ampliar o acesso a outras regiões do município, gratuitamente: "Há mais ou menos um ano, o prefeito pediu que estudássemos a implantação do sistema. Prontamente, iniciamos um projeto para viabilização de custo e verificamos as perspectivas de sucesso. A implantação deveria demorar um pouco, devido a questões financeiras, entretanto, a visita do Papa fez com que a D-Link se interessasse mais ainda pelo projeto e se tornasse nossa grande parceira para que a viabilização ocorresse num tempo menor", conta Carlos Alberto de Almeida, Diretor Executivo de Planejamento da Prefeitura Municipal de Aparecida.

PRÓXIMAS FASES

O projeto foi implantado e monitorado pela D-Link, líder em

Alberto: "Nos tornamos um ícone no mercado wireless e conquistaremos mais espaços em termos de inclusão digital e administração moderna"

soluções de rede e conectividade, que prepara o município para receber outras duas etapas, que estarão totalmente implementadas até setembro. Nestas duas próximas etapas, serão interligados os pontos de acesso da prefeitura, escolas e tele-centros, viabilizando a comunicação entre as unidades da prefeitura de modo seguro e eficiente e também possibilitando a interface completa para a aplicação de câmeras em pontos críticos da cidade – por monitoramento de segurança ou trânsito, além da utilização de VoIP, que reduzirá os custos da prefeitura com telefonia, possibilitando que os órgãos públicos se comuniquem por ramais: "Embora a rede não cubra 100% da área da cidade, nesta primeira etapa do projeto, nada impede que os usuários das regiões mais distantes que tenham urgência em utilizar os serviços, possam ter acesso ao sinal de Aparecida por meio de antenas mais potentes", explica Fred Maynard, gerente comercial da divisão de vendas para governo.

Ainda não é possível ter um número exato de acessos à rede, porém tudo indica que está sendo bem utilizada e fazendo sucesso na cidade. "Fomos elogiados pela população, pelos governos e pela empresa privada. Nos tornamos um ícone no mercado wireless e vamos, com certeza, conquistar mais espaços em termos de inclusão digital e administração moderna", explica Almeida.



VISITA DO VICE-GOVERNADOR

A sessão solene de abertura do evento aconteceu no dia 23 de abril e contou com a participação de personalidades, como o vice-governador Alberto Goldman; o presidente da APM, Marcos Monti; o prefeito de Campos do Jordão, João Paulo Ismael; o Presidente da Câmara Municipal de Campos do Jordão, Ricardo Malaquias Pereira; o Conselheiro do Tribunal de Contas



Alberto Goldman, vice-governador do Estado de São Paulo: "A reforma tributária tem que ser uma reforma das competências da Federação"

do Estado de São Paulo, Dr. Antônio Roque Citadini; os deputados estaduais Aloísio Vieira, Célia Leão e Celso Giglio; o prefeito de Taboão da Serra e representante da Frente Nacional dos Prefeitos, Evilásio Farias; o Presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), Sebastião Misiara; o assessor da Secretaria Nacional de Relações Institucionais, Gilmar Dominici; entre outros.

O vice-governador, em seu discurso, ressaltou a importância da presença de representantes do Governo do Estado no Congresso, uma vez que não há esse "contato com a popu-

Celso Giglio, deputado estadual



Marcos Monti, presidente da Associação Paulista de Municípios

lação todos os dias, por isso é fundamental que nós tenhamos esse

diálogo com os prefeitos e vereadores. Secretários de Estado e o governador têm que estar abertos em todos os momentos", disse.

Ele abordou, ainda, a questão da descentralização e afirmou que desde a constituição de 1988, tanto o governo do Estado quanto o Federal descentralizaram apenas as competências e responsabilidades, mas nem sempre os recursos. "A reforma tributária não pode ser apenas para ganhar uns 'tôzinhos' a mais. Tem que ser uma reforma da Federação, das competências da Federação. E acoplar a isso um aumento de recursos, já que há um aumento de competências, de responsabilidades para os municípios", completou.

Marcos Monti, ao dirigir suas boas-vindas aos congressistas, afirmou que realizar um congresso desse tamanho não é muito fácil, e que isso só é possível graças ao apoio e empenho da diretoria da APM e de todos os congressistas presentes. "E esperamos que quando todos retornarem para suas casas voltem com conhecimentos adquiridos nesses dias aqui", disse.

O prefeito de Campos do Jordão, João Paulo Ismael, cumprimentou Monti pela escolha do tema. "A sustentabilidade está diretamente ligada à diminuição da velocidade do crescimento da nossa população", afirma.

"Não há possibilidade de nós, prefeitos,



Antônio Roque Citadini, presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

vereadores, municipalistas, não nos preocuparmos com a sustentabilidade em relação ao número de habitantes para o município. Chegou o momento mais difícil da vida do município. Ou seja, frear. É preciso que pare de crescer o número de habitantes nas nossas cidades", completa.

A deputada Estadual Célia Leão, frequentadora assídua do Congresso, sentiu-se feliz pela presença de tantos prefeitos no evento. "Vocês vieram absorver a melhor essência que esse congresso pode dar - a informação. Porque quem tem conhecimento, tem poder. Portanto, quem participa deste evento, volta para se



Evilásio Farias, representando a Frente Nacional de Prefeitos

município com mais poder, independentemente da questão político-partidária.

Outra questão levantada no primeiro momento foi a fiscalização das gestões municipais. "Nós temos a consciência de que o município, em verdade, o mais fiscalizado são os órgãos. A legislação assim o tem. Eu diria que não há órgão mais fiscalizado regularmente que os municípios. O Estado é bem fiscalizado pela União, é quase uma liberalização", diz Citadini. "Teremos agora mais uma centena de emendas produzidas pelo Tribunal de Contas com autoridades municipais para discutir as questões da fiscalização e os problemas nas administrações públicas", salientou.





Painel abordou a importância de unir as forças dos prefeitos e das câmaras nas ações para um Estado mais seguro

Cidadão em Primeiro Lugar

Secretário de Estado de Gestão Pública busca pautar as ações da Secretaria no bem-estar do cidadão

O secretário de Estado da Gestão Pública, Sidney Beraldo, usou sua experiência como prefeito, deputado estadual e vereador para ministrar palestra no primeiro dia do 51º Congresso Estadual de Municípios. O tema abordado foi “Os Desafios da Gestão Pública: Inovação e Eficiência a Serviço do Cidadão”. A presidência da mesa coube ao presidente do Conselho Fiscal da APM, José Mauro Dedemo Orlandini e a coordenação, ao deputado estadual, David Zaia.

Em seu discurso, Beraldo falou sobre a importância de unir as forças da sociedade organizada, prefeitos e câmaras para realizar ações que possam transformar o nosso Estado num lugar mais seguro e igualitário. E disse que é imprescindível conservar a população satisfeita com os serviços prestados pelos gestores públicos, uma vez que a sociedade brasileira vive num dos países com a maior carga tributária do mundo. “Nós gestores temos a obrigação de devolver esse dinheiro

que nos é repassado como benefícios à população”, salientou. E para que se possa fazer tal devolução, é preciso diminuir a burocracia e montar um modelo de gestão por resultados, para que seja possível unir eficiência à eficácia. “Nós temos que medir o que estamos fazendo, porque muitas vezes fazemos muito, pensando que é certo, mas o importante é a consequência. E ela tem que ir ao encontro do interesse público”, completou.

O secretário expôs métodos para que se aprimore a qualidade de controle dos gastos públicos. E apontou a folha de pagamento como um dos grandes ‘patrimônios’ desses gastos, chegando a 54% das despesas municipais. Ele destacou, ainda, a importância de se manter uma meta para maior aproveitamento dessa força de trabalho, através do controle de absenteísmo e da capacitação de pessoal. Bem como criar indicadores de gestão e de qualidade de serviço, para que se possa realizar uma premiação por resultados

– modelo esse já adotado em outros países e em estruturação no Estado de São Paulo. “A premiação é apenas a sinergia do povo e não a panacéia que resolve tudo. Ela é o final. Precisamos mudar o modelo de gestão, mexer em processos, no sistema de controle e indicadores dessa ação para, finalmente, efetuar a premiação”, ponderou.

Outro fator que Beraldo julga capaz de auxiliar nessa redução de gastos é o incremento da receita do município e a diminuição das despesas por meio de ferramentas tecnológicas, citando o exemplo da cobrança da dívida ativa e do sistema implantado em São Paulo para a cobrança e o gerenciamento de IPVA.

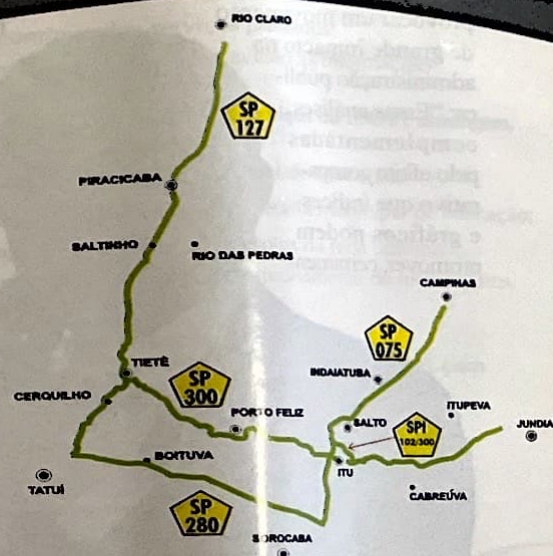
Ele falou sobre o Cepam e elogiou sua proximidade com os municípios, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas para a melhoria das administrações municipais e citou o trabalho que está sendo desenvolvido sobre os municípios que abrigam unidades do sistema prisional ou da Fundação Casa.



Mais Conforto e Segurança em suas viagens



O Anel Viário - Contorno de Itu é a mais recente obra entregue em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo e a ARTESP - Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo, através do Programa de Concessões Rodoviárias. Para os usuários, os novos 8 quilômetros em pista dupla representam mais agilidade na interligação de importantes cidades e rodovias. Para a população ituana representa mais segurança, visto que com o tráfego pesado desviado para o Contorno de Itu, há preservação das vias municipais, menos poluição sonora e atmosférica.



SECRETARIA DOS
TRANSPORTES



Web-Gov

Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) avaliam websites municipais do Estado de São Paulo

Por Daniella Turano

Nos últimos anos, as administrações públicas locais têm feito um grande esforço para utilizar as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) no processo de modernização e universalização de seus serviços. Esses sítios municipais resultam em importantes fontes de informação aos cidadãos.

Segundo o Prof. Dr. Norberto A. Torres, chefe do departamento de Informática e Métodos Quantitativos Aplicados à Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, ao identificar e avaliar as estratégias de governo eletrônico, além do nível de desenvolvimento dos serviços prestados pelos municípios por meio de seus sítios de internet, é possível provocar um movimento de grande impacto na administração pública: "Essas análises, complementadas pelo efeito comparativo que índices e gráficos podem promover, certamen-

te trarão referências importantes para que os municípios paulistas dêem um salto qualitativo e de desempenho em sua oferta de serviços e relacionamento com a comunidade", explica.

"A importância deste estudo realizado em conjunto com a FVG está relacionada à necessidade da utilização da internet pelas prefeituras para ampliar a visibilidade do município, captar novos investimentos, atrair o turismo, aumentar a transparência no relacionamento com os cidadãos e disponibilizar mais serviços eletrônicos do Governo Estadual", afirma o Secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo, Sidney Beraldo.

"Aproveito a oportunidade para colocar a Prodesp à disposição, para orientar sobre critérios e dar as informações necessárias para que os prefeitos possam implantar os sites em suas prefeituras e, se possível, oferecer por meio deles, serviços à população através da internet. É só requisitar e começar a criação desse sítio", diz.

Hoje, há no mercado tecnológico um grande número de ferramentas que podem ajudar no controle de diminuição de despesas em até 15% por ano, o equivalente a R\$ 500 milhões.

Sidney Beraldo: "Aproveito para colocar a Prodesp à disposição dos municípios que queiram se orientar sobre a implantação da internet"

No Estado de São Paulo, do total de 645 municípios, 198 não têm página disponibilizada na internet.

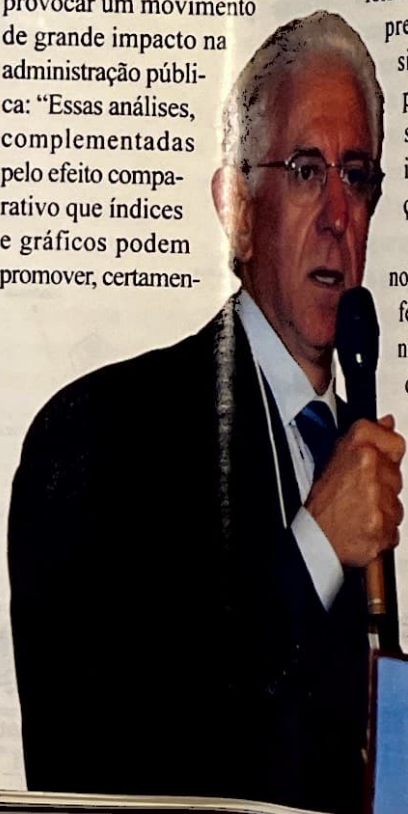
RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

O projeto foi desenvolvido no período de setembro de 2006 a março de 2007, tendo sido analisados os 645 municípios do estado de São Paulo.

O levantamento completo envolveu mais de 440 variáveis relacionadas ao perfil dos conteúdos, interação, transações e serviços eletrônicos disponibilizados pelos municípios, tomando como base os principais aspectos a respeito de governo eletrônico apresentados anteriormente. Dos 645 municípios paulistas, 447 têm websites oficiais (com extensão sp.gov.br), 31 municípios tinham algum website alternativo (mantido por associação ou instituição privada) e 198 não tinham sítios de internet.

Para cada município foram calculados índices diversos, desde um nível geral de governo eletrônico, até nível de e-democracia. Com as avaliações feitas dos websites de cada município, e com as variáveis específicas (população, PIB, IDHM, etc., obtidas junto à Fundação SEADE) sobre os mesmos, temos uma base de dados bastante abrangente e rica, sobre os municípios e características de sua atuação em governo eletrônico por meio de websites.

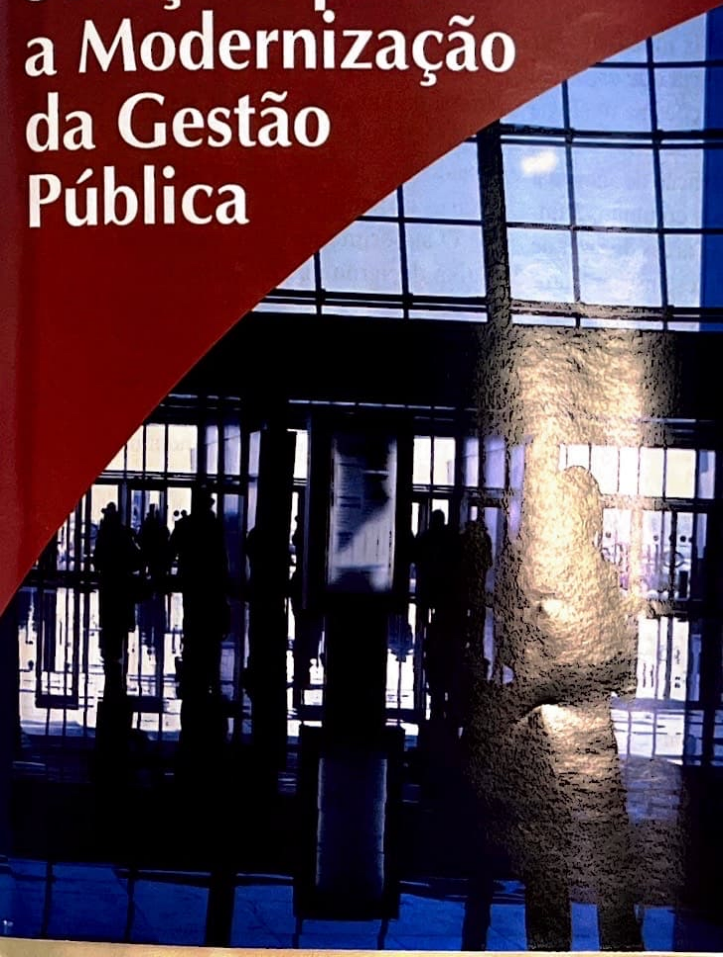
A seguir, estão apresentados os 30 primeiros colocados, em alguns índices, entre os muitos que podem ser extraídos da base de análise.



ÍNDICE GERAL DE QUAL. WEB-GOV**ÍNDICE GERAL DE E-SERVIÇOS**

Class.	Município	Nota	Class.	Município	Nota
1.	São Paulo	3,58	1.	São Paulo	3,49
2.	São Carlos	3,08	2.	São Carlos	3,11
3.	São José dos Campos	2,76	3.	Barueri	2,63
4.	Barueri	2,68	4.	São José dos Campos	2,56
5.	Limeira	2,23	5.	Mogi das Cruzes	2,09
6.	Taboão da Serra	2,20	6.	Limeira	2,05
7.	Guarujá	2,16	7.	Americana	1,98
8.	Mogi das Cruzes	2,15	8.	Taboão da Serra	1,97
9.	Americana	2,07	9.	Ribeirão Preto	1,96
10.	Embu	1,96	10.	Guarujá	1,85
11.	Campinas	1,92	11.	Embu	1,79
12.	Ribeirão Preto	1,92	12.	Mauá	1,75
13.	Jundiaí	1,92	13.	Campinas	1,71
14.	Mauá	1,89	14.	Jundiaí	1,70
15.	Araraquara	1,80	15.	Santo André	1,61
16.	Franca	1,70	16.	Araraquara	1,60
17.	Suzano	1,70	17.	Franca	1,57
18.	Santos	1,68	18.	Tatui	1,54
19.	Tatui	1,67	19.	Suzano	1,53
20.	Santo André	1,67	20.	Santos	1,52
21.	Indaiatuba	1,66	21.	São Bernardo do Campo	1,47
22.	São Bernardo do Campo	1,55	22.	Indaiatuba	1,46
23.	Guarulhos	1,55	23.	Lorena	1,44
24.	Lorena	1,53	24.	Boituva	1,40
25.	Paulínia	1,49	25.	Diadema	1,38
26.	Santa Cruz do Rio Pardo	1,47	26.	Praia Grande	1,36
27.	Atibaia	1,47	27.	Paulínia	1,35
28.	Diadema	1,47	28.	Guarulhos	1,32
29.	Boituva	1,45	29.	Pindamonhangaba	1,31
30.	Praia Grande	1,45	30.	Itatiba	1,30

**Soluções para
a Modernização
da Gestão
Pública**



HABITAÇÃO

Município poderá opinar em projetos da CDHU

Durante reunião plenária foram expostas as novas diretrizes de uma das maiores construtoras do País

O secretário de Estado da Habitação e presidente da CDHU, Lair Alberto Krahenbühl, esteve presente no segundo dia de atividades do 51º Congresso Estadual de Municípios, ministrando uma palestra sobre a Política Habitacional do Governo do Estado. Na coordenação e presidência da mesa esteve o presidente do CRECI/SP, José Augusto Viana. Participaram também do painel, o superintendente regional da Caixa Econômica Federal/SP, Dr. Augusto Bandeira Vargas, e o gerente regional de Negócios-Governos, Euclides Tedesco, que se pronunciaram acerca dos investimentos da Caixa em habitação.

Krahenbühl comentou que a Secretaria está fazendo uma mudança de rumo na política de Estado da Habitação, através de novas diretrizes. "Nós temos que focar a política da regularização fundiária e da organização, ajudando os municípios em tudo aquilo que é mais querido por todos, que é a questão da legislação de conjuntos habitacionais, regularização de loteamentos e urbanização", disse.

O secretário falou sobre projetos da CDHU (uma das maiores construtoras do país, que conta com pouco mais de 54 mil habitações em execução, sem considerar aquelas que já estão completas) assim como o Programa Habitacional de Integração (PHAI), que tem a proposta de facilitar a compra da casa própria. O programa do Governo do Estado, que beneficiará servidores públicos, possui parceria com as Secretarias da Habitação, Gestão Pública e do Banco Nossa Caixa.

Há, ainda, outras mudanças nos projetos da Secretaria que estão em estudo, como alterações na tipologia dos empreendimentos da CDHU. Essas mudanças têm a intenção de aumentar o espaço verdes nos conjuntos habitacionais, separar as áreas de lazer de crianças e adolescentes, instalar hidrômetros individuais e energia solar (em caso de prédios), além da possibilidade



Lair Alberto Krahenbühl, Secretário de Estado da Habitação: "Nós temos que focar a política da regularização fundiária e da organização"

de pisos impermeáveis e reutilização da água da chuva. Segundo Krahenbühl, cada município poderá opinar, enviando projetos com tipologias diferentes para avaliação. "Vamos deixar uma abertura para que as prefeituras possam sugerir mudanças devido à regionalização, à situação e estrutura de cada município", afirmou.

O secretário apresentou os prefeitos com a notícia de que a CDHU está firmando um convênio com a Caixa Econômica Federal e Governo do Estado para facilitar projetos habitacionais nos municípios.

O superintendente regional da Caixa declarou que está disponibilizando suas equipes regionais para dar apoio e viabilizar os programas importantes, principalmente os que tratam da redução do déficit habitacional. E reconheceu a existência de peculiaridades em cada município, mas afirmou que há programas para todas as realidades. "Agora, cabe a cada prefeito verificar junto à nossa equipe de cada regional e fazer um banco de projeto em parceria, na maioria da vezes com o Governo do Estado, para que os recursos cheguem às famílias que realmente precisam", finalizou.



Euclides Tedesco, gerente CEF; Antonio Bandeira Vargas, Superintendente CEF; Antonio Sar Simão, presidindo a mesa; Lair Alberto Krahenbühl, Secretário de Estado da Habitação; e coordenação de Augusto Vianna, presidente do CRECI



Painel contou com a presença do secretário de Estado da Administração Penitenciária, Antônio Ferreira Pinto; do Conselheiro Vitalício do Conselho Nacional das Guardas Municipais, dr. Ruyrillo Pedro de Magalhães; e do deputado federal Reinaldo Nogueira

Novas perspectivas para a segurança pública paulista

Construção de penitenciárias, projetos de reintegração social e projeção das Guardas Municipais são colocados em debate

O secretário de Estado da Administração Penitenciária, Antônio Ferreira Pinto, o Conselheiro Vitalício do Conselho Nacional das Guardas Municipais, dr. Ruyrillo Pedro de Magalhães, e o deputado federal Reinaldo Nogueira marcaram presença no painel “Segurança”, que aconteceu na tarde do dia 24 de abril, no 51º Congresso Estadual de Municípios.

O secretário discorreu sobre as novas perspectivas para o sistema prisional paulista e expôs que o governo do Estado pretende dar condições integrais para que os presos possam cumprir suas penas. Para isso, estão construindo sete penitenciárias femininas, cinco presídios semi-abertos e oito Centros de Detenção Provisória (CDP), também destinados a presos do interior do Estado de São Paulo.

Atualmente, o sistema penitenciário paulista possui 139 mil presos em sistema fechado e 13 mil em cadeias públicas espalhadas no interior. “Nós pretendemos, com essas construções, absorver toda essa massa carcerária espalhada”, comentou. Além disso, dois

cadeiões estão sendo desativados em São Paulo, que estão sob a administração da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Nesses locais serão instalados dois presídios, que se tornarão a porta de entrada do sistema penitenciário.

Ferreira Pinto falou, ainda, sobre a Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel de Amparo ao Preso, a FUNAP, que desenvolve e avalia programas sociais para os presos e egressos (ex-presidiários) do Estado de São Paulo. A Fundação oferece estudos, qualificação e aprendizado profissional, além de fazer intercâmbio com empresas que querem oferecer serviço aos presos das diversas penitenciárias.

O dr. Ruyrillo Magalhães defendeu a importância da atuação das Guardas Municipais e pediu aos prefeitos presentes que façam mais esforços para agregar maior valor ao sistema de segurança pública municipal. Ele ressaltou que as GMs têm poder de polícia, dentro de sua esfera de competência. Mas, destacou ser necessária a criação de academias preparatórias para as guardas municipais de cada

cidade, sempre abalizada nas peculiaridades de cada local e aproveitando os ensinamentos da polícia federal e civil.

Ele recriminou a disparidade de salários do macrossistema da segurança pública e atribuiu a esse fator o envolvimento da classe com a corrupção. “Essas ações acabam atingindo ao próprio poder judiciário, quem dirá a polícia, que trabalha diretamente com a criminalidade. É necessário melhorar o aparelhamento policial e pagar bem aos policiais.”

Mas, em contrapartida, elogiou o sistema 190, no qual polícia civil, militar e guarda municipal, todos estruturados e organizados, atendem a população, que sai realizada com o serviço prestado. “Além disso, ele é rápido, econômico e o prefeito anda pode ter noção do que está acontecendo no sistema de segurança pública da cidade. Quando o gestor está perto, observando o rendimento do servidor público, quem ganha com isso é a população e o próprio prefeito”, concluiu.

Novos horizontes para o Sistema Único de Saúde

Pacto de Gestão do SUS reafirma a capacidade de gestão de qualidade na saúde municipal

O secretário de Saúde do Município de Guarulhos e membro da diretoria do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde/SP (COSEMS), Dr. Paulo Fernando Capucci, foi o responsável por abordar temas voltados à questão da saúde municipal no 51º Congresso Estadual de Municípios. Sob a presidência do prefeito municipal de Aparecida e 1º vice-presidente da APM, José Luiz Rodrigues, e a coordenação do deputado estadual Pedro Tobias, o painel reuniu prefeitos, vereadores e técnicos da área.

Capucci falou sobre as novas perspectivas do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem por objetivo reafirmar a capacidade dos municípios em administrar o sistema de saúde local — onde ele é identificado pela população —, sempre articulado com os gestores estaduais e federais, como reza os princípios normativos do SUS. Mas afirmou que este é um grande desafio de gestão para os municípios, que terão de promover políticas que ofereçam uma melhor condição de vida e, portanto, melhor estado de saúde à sociedade local, através de organização e oferta de serviço.

Esse novo momento do SUS começou em fevereiro do ano passado, quando foi assinado o Pacto de Gestão, que firma a descentralização de atribuições

do Ministério da Saúde para os estados e municípios, estabelecendo as responsabilidades de cada ente federado, de forma a diminuir as competências concorrentes e a fortalecer a gestão compartilhada. “Reafirmo que essa nova etapa tem o compromisso com o fortalecimento dos municípios e uma definição clara dos gestores estaduais e federais, que no plano geral devem promover condições crescentes de financiamento e desenvolvimento técnico, sobretudo no âmbito regional”, declarou Capucci.

Segundo ele, esse pacto fortalece a linha de financiamento fundo a fundo, separando claramente linhas de investimento e custeio em grandes blocos de organização e planejamento



Paulo Fernando Capucci: “Administração do SUS é um grande desafio de gestão para os municípios”

da política de saúde, deixando uma maior liberdade ao setor municipal para articular seus recursos de acordo com suas demandas e prioridades.

Outro tema abordado por ele, foi a questão da interferência do meio ambiente na saúde da população, como o caso da dengue, que assustou moradores de muitos municípios de São Paulo neste primeiro trimestre do ano.

Finalizou sua palestra fazendo um apelo aos gestores públicos para que sejam desenvolvidas políticas, sobretudo de prevenção, para que a saúde seja vista como sinônimo de qualidade de vida e longevidade. Para isso, julgou necessária a inserção de políticas públicas que dêem suporte à juventude, oferecendo a ela cultura, educação, oferta de espaço público para atividades físicas e educação, de forma a promover um modo de vida seguro. “O que preocupa não é a saúde dos jovens, mas as vulnerabilidades com que eles transitam hoje por essa maravilhosa fase, em função desse modo de vida urbano”, salientou.



"Vamos fortalecer a nossa democracia"

Com a Comissão de Legislação Participativa, o cidadão é convidado a apresentar ao poder público as suas necessidades e percepções dos problemas cotidianos

Mas garante que essa é uma situação pela qual estão lutando para reverter, porque "é evidente que a participação popular é digna, justa e correta".

Lembrou que desde a vigência da Carta Magna, da Constituição Federal de 1988, apenas quatro projetos de lei passaram pelo legislativo, sendo que uma delas ainda está tramitando. Esse número já foi superado nos pouco mais de cinco anos de existência da CLP, que conta com 484 sugestões, 144 proposições, 75 Projetos de Lei e uma Lei Ordinária sancionada em dezembro do ano passado pelo Presidente Lula, que trata da Informatização do Processo Judicial.

Para ampliar ainda mais a participação popular, a CLP disponibiliza um Banco de Idéias, onde o cidadão apresenta sugestões que podem ser acolhidas por deputado ou por entidades da sociedade civil organizada. Esse banco pode ser acessado através do endereço eletrônico da Câmara (www.camara.gov.br/clp).

Também participaram do painel vereadores Geninho Zuliani (SP) e Mário Marinho (RJ), que falaram sobre a Frente de Mobilização Parlamentar que visa "lutar pelo verdadeiro papel do vereador e pelo crescimento do legislativo municipal", explicou Marinho.

O advogado Dr. Arthur Roza esclareceu as mudanças na Lei 11.370 e falou sobre os processos de cassação que alguns vereadores estão sofrendo por infidelidade partidária. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, a lei permite trocas de partidos, desde que sejam em casos de perseguição política ou mudança na ideologia do parlamentar. Na última vez que, nessa situação, houve cassação foi o partido e não o



Sebastião Misiara, presidente da Uvesp, inicia o painel que teve a participação expressiva dos vereadores

Abateria de palestras do terceiro dia do 51º Congresso Estadual de Municípios foi aberta com o painel "Vereadores", onde foram expostas as ações desenvolvidas para facilitar o acesso da sociedade organizada à Câmara de deputados e vereadores. O tema foi exposto pelo deputado estadual e presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal (CLP), Eduardo Amorim. A mesa foi presidida pelo presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP), Sebastião Misiara, e coordenada pelo superintendente da União de Vereadores do Brasil, José Escobar Cavalcanti.

Durante a palestra o deputado explicou sobre o funcionamento da CLP. A comissão criada no ano de 2001, tem como objetivo facilitar a

participação da população no processo de elaboração legislativa, recebendo e examinando sugestões e propostas oriundas da sociedade organizada. "Ela ainda é uma criança, mas que, esperamos, vai contribuir muito com o nosso país", observou. E disse também que, recentemente, uma versão moderna desse tipo de comissão foi produzida nos mais importantes parlamentos do mundo, mostrando, dessa forma, que o Brasil está seguindo os rumos das tendências mundiais na questão de participação da sociedade.

No entanto, o deputado se fez contra algumas proibições que são feitas na Comissão, tais como a apresentação de sugestões legislativas de Proposta de Emenda à Constituição e requerimentos para a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).

Fundeb é tema de palestra

Especialistas reúnem-se para apresentar as mudanças que o novo fundo trará para a rede de ensino

Os palestrantes do Painel Educação do 51º Congresso Estadual de Municípios esplanaram sobre as principais mudanças ocorridas com a chegada do Fundo Nacional da Educação Básica, o FUNDEB. O fundo passou a vigorar em janeiro deste ano, mas ainda é motivo de muitas dúvidas para os gestores públicos municipais, por isso a conferência obteve um dos maiores públicos de todo o evento.

Participaram da reunião plenária o coordenador geral do Departamento de Políticas para o Financiamento da Educação Básica (Defineb), Vander Oliveira Borges; o secretário municipal de educação de Taboão da Serra, César Callegari; o assessor orçamentário da Secretaria de Estado da Educação, Carlos Antônio Barbieri e a advogada Dra. Cláudia La Terza Baptista. A presidência da mesa ficou sob a responsabilidade do prefeito de Álvares Machado, Luiz Takashi Katsutani e a coordenação, com a deputada estadual Maria Lúcia Amary.

Borges explicou que o Fundeb provém da Emenda Constitucional nº 53, de dezembro do ano passado, e se trata de uma reformulação do antigo Fundo Nacional da Educação Fundamental (FUNDEF). O fundo tem por objetivo assegurar um mecanismo de financiamento que

promova a inclusão sócioeducacional no âmbito de toda a educação básica, dando a ela um tratamento igualista em todos os seus aspectos.

Com as modificações, o Fundeb passa a atender não só o Ensino Fundamental, mas também a Educação Infantil, Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), garantindo a Educação Básica a todos os brasileiros, desde a creche até o final do Ensino Médio. Essa elevação e nova distribuição de investimentos devem-se às mudanças relacionadas às fontes financeiras, ao percentual e ao montante de recursos que o compõem. O Fundeb



Vander Borges, representando o Ministério da Educação

terá 14 anos de duração, vigorando, portanto até o ano de 2020.

Para Callegari o fundo trará muitas consequências para o sistema educacional e citou, entre elas, a ampliação da oferta de vagas na educação infantil – mais particularmente em creches e EJA –; melhor integração entre estrutura e funcionamento da educação infantil e ensino fundamental e novos desafios na formação de



Carlos Antonio Barbieri: "Fundeb acarretará na diminuição das disparidades entre as regiões do País em questão de recursos para ensino"



César Callegari: "Fundeb vai expor com clareza nunca vista no Brasil que precisamos de mais dinheiro para a Educação do que aquilo que está sendo oferecido"

peçoal especializado. Ele enfatizou, ainda, a questão da pressão social e política que irá acontecer, uma vez que aumentarão as verbas para a educação básica. "Uma das grandes virtudes do Fundeb tem uma natureza paradoxal, porque vai expor com clareza nunca vista no Brasil que precisamos de mais dinheiro para educação do que aquilo que está sendo oferecido", elucidou.

Barbieri abriu sua palavra mostrando que o Brasil possui uma das maiores prestadoras de serviços de educação do mundo, com aproximadamente 5,5 milhões de alunos, 6 mil escolas, 250 mil professores e 50 mil funcionários de apoio escolar. E explicou que o Fundeb mantém os avanços verificados nos anos de vigência do Fundef, entre eles o processo de equiparação salarial dos professores, seja na rede estadual ou municipal e, ainda, acarretará na diminuição das disparidades entre as regiões do país em questão de recursos para ensino.

E finalizou fazendo um apelo aos presentes: "Procurem aperfeiçoar os métodos de gerenciamento, eliminando despesas e aumentando a produtividade dos recursos. Além de trabalhar em sintonia com os conselhos, o que contribui em muito para a apresentação de novas idéias e aumenta a quantidade de oferta de ensino e sua qualidade."



O verdadeiro celeiro do mundo

O ciclo de palestras do quinto dia do 51º Congresso Estadual de Municípios foi aberto com o painel Agricultura, que contou com a presença do secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, João Almeida Sampaio Filho. Sob a presidência do prefeito de Casa Branca e presidente da Comissão de Sindicância, Skcandar Mussi e coordenação da deputada estadual Célia Leão, a reunião plenária abordou o tema "A moderna agricultura paulista: a busca do equilíbrio econômico, social e ambiental entre as regiões."

Mussi iniciou os trabalhos falando que a atual gestão estadual vai trabalhar e administrar de forma a dar um futuro brilhante ao Estado de São Paulo. E Célia Leão afirmou ser uma grande alegria poder trabalhar com os municípios.

Para iniciar sua oratória, o secretário apontou para São Paulo como o maior Estado agrícola do País, representando um terço do agronegócio nacional, com uma produção de 17,6%. Somente no ano passado, o Estado obteve um valor bruto na produção agropecuária de R\$ 33 bilhões. "São Paulo é muito importante dentro da ótica que expõe o Brasil como o celeiro do mundo, o que é uma realidade. Nós somos geradores de tecnologia, exportadores de toda a parte tecnológica (máquinas e equipamentos) e, até, fundamentalmente, da parte de gestão", disse.

Secretário da Agricultura e Abastecimento mostrou a importância de São Paulo no cenário agropecuário nacional e mundial



João Almeida Sampaio Filho: "São Paulo é muito importante dentro da ótica que expõe o Brasil como o celeiro do mundo, o que é uma realidade"

Sampaio expôs o cenário da agropecuária do estado e mostrou que, ao contrário do que muitos pensam, o etanol não vai diminuir a produção de alimentos. E cita o exemplo do milho, que em 2006 produziu 500 mil toneladas e estima-se, para este ano, que aumente para 780 mil. A tendência é que se aumente ainda mais essa

produção nos próximos dois anos, justamente por estar sendo utilizado para a renovação de canaviais.

Ele explicou que a cana-de-açúcar representa hoje uma renda de 45% para o Estado, com quase 25 milhões de hectares para sua produção. Já o tradicional cultivo da laranja significa 90% da produção nacional e torna o Brasil e São Paulo os maiores produtores mundiais desse suco. E a pecuária, embora seja o setor que mais perdeu área nos últimos anos, não perdeu volume de produção e vai se intensificar cada vez mais. "Nós vamos crescer verticalmente dentro da nossa produção agropecuária", ressaltou o secretário. E afirmou que o segredo desse crescimento é a não diversificação, somada aos esforços, competência dos secretários e governos anteriores.

Sampaio assegurou que a força da agricultura do Estado está nos pequenos e médios produtores rurais. "Estamos trabalhando muito com eles, para que São Paulo continue crescendo, gerando emprego e renda." E acrescentou que, para isso acontecer, é necessário trabalhar com a produtividade, valor, qualidade e sanidade.

A nova era da Sabesp e a lei de Saneamento Básico

Especialistas debatem um dos temas mais polêmicos e esperados do 51º Congresso Estadual de Municípios

A nova era dos relacionamentos da Sabesp e a impletação da nova Lei de Saneamento Básico foram os temas do painel presidido pelo prefeito de Lins Waldemar Sândoli Casadei e coordenado pelo o deputado federal Renato Amory. Os palestrantes foram o presidente da Sabesp, Gesner Oliveira, o consultor dr. Wladimir Antônio Ribeiro e o advogado Dr. Marcos Augusto Perez.

Dr. Perez iniciou os trabalhos falando das mudanças que a nova lei de saneamento básico irá trazer e afirma que esse é um tema muito importante, não só para o desenvolvimento econômico, como também humano no País, para que as pessoas possam usufruir de corpo, mente e ambiente saudáveis.

Ele explicou que a lei possui três pontos basilares que irão gerar um grande progresso no setor, que são o planejamento, a regulação e o controle social. A partir de sua implementação, as ações na área de saneamento deve-



Gesner Oliveira: "Nós queremos ser parceiros daqueles que estiverem perto da Sabesp e manter diálogo com todos os municípios de São Paulo"

ção ser planejadas não só do ponto de vista de engenharia, mas sob o prisma econômico, social e ambiental o que, para ele, é lógico. "Mas o óbvio não vigora sobre nós, a menos que haja uma lei que coloque todos os controladores e operadores de lei atentos a isso", enfatizou.

Ele lembrou que a regulação é "mais que um conjunto de normas a serem aplicadas, o que importa hoje é a defesa do usuário". Hoje, ao se falar em prestação de serviços de saneamento, o município deve se importar, sobretudo, com a fixação de uma carta de direitos do consumidor. O advogado esclareceu que essas regras de defesa do usuário visam dar instrumentos ao poder público em realizar os objetivos fixados no planejamento. E, por fim, o controle social, necessário para que seja garantida a qualidade na prestação de serviços.

Expôs também as regras da nova lei, que são a verificação de capacidade de pagamento dos usuários, as soluções graduais e progressivas, integração de

infra-estruturas, articulação com outras políticas, transparência, dependência de contrato.

O dr. Ribeiro destacou que a lei nacional de saneamento básico é uma conquista do movimento municipalista e reconhece muitos poderes aos municípios nesse campo. E que ela ainda gera muitas dificuldades de entendimento por decorrer de um projeto de lei, que foi bastante discutido. "Então, o projeto de lei é muito mais conhecido que a lei". Além disso, ainda há vários aspectos técnicos que precisam de regulamentação, mas que, depois disso, sua aplicação se torna bem mais fácil.

Gesner Oliveira disse que na nova era de relacionamentos entre Sabesp e os municípios é um verdadeiro contraste com a era do passado onde, segundo ele, sobrepujava o monopólio. "Nós queremos ser parceiros daqueles que estiverem perto da Sabesp e manter diálogo com todos os municípios de São Paulo. No passado, havia muito foco nas obras, nos empreendimentos, agora o nosso foco é no cliente, no atendimento".

Outra ponto que ele colocou em questão foi o meio ambiente. E afirmou que a Sabesp irá adotar uma nova postura e compromisso com o saneamento ambiental. Portanto, irá trabalhar em parceria com os municípios para aprofundar nesse ponto.

Ainda nessa nova fase da empresa, assegurou que haverá canais de diálogo, parcerias em diversas áreas, revisões periódicas do contrato, consultas e audiências públicas e ênfase no aumento da geração de empregos e investimentos na região.



Wladimir Ribeiro: "Lei nacional de saneamento básico é uma conquista do movimento municipalista"



O controle dos gastos municipais

Especialistas falam sobre as despesas municipais e sistema de controle interno



Dr. Sérgio Ciqueira Rossi: "O Tribunal de Contas não delimita quanto se pode gastar, mas se restringe a conferir o pagamento dos gastos feitos"

O secretário diretor-geral do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo, dr. Sérgio Siqueira Rossi, abriu o último dia de palestras do 51º Congresso Estadual de Municípios, em Campos do Jordão. Ele compareceu ao painel "Controle Interno (Tribunal de Contas)" e discorreu sobre o tema "Prefeituras e Câmaras Municipais: causas de rejeição das contas" e "As verbas públicas e o terceiro setor". Também ministrou palestra a coordenadora jurídica da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Dra. Elena Garrido. A presidência da mesa ficou a cargo do advogado e presidente do Conselho Técnico Multidisciplinar da

APM, dr. Antônio Sérgio Baptista, e a coordenação, sob a responsabilidade do deputado estadual Simão Pedro.

Rossi lembrou aos congressistas que o Tribunal de Contas não delimita quanto se pode gastar, mas se restringe a conferir o pagamento dos gastos feitos, de acordo com aquilo que as leis autorizam. E, em se tratando de ensino, ele comentou que, em reunião no mês de abril em Campinas, o TCE introduziu uma novidade em seus eventos. Em cada um dos setores do Tribunal está sendo oferecida a palavra a cinco prefeitos, para que eles digam como que os seus governos gastam na aplicação dos recursos dessa área. E contou que das mais de 300 contas rejeitadas em 2006, quase 200 delas tinham como um dos motivos, a falta de aplicação no setor. "Ou seja, um descuido que para o Tribunal de Contas é considerado fuminante", disse.

Rossi insistiu em assegurar que o TCE não é adversário das prefeituras, mas parceiro. E salientou que o parecer do tribunal não é um julgamento das contas do gestor, mas quem tem esse papel e pode tornar o prefeito, é a Câmara Municipal. "Então, a consequência fica por conta da Câmara. E aí, nós entramos na questão das maiorias, do regime democrático do estado de direito da nossa constituição", explicou.

E finalizou dizendo que o TCE, a partir de 2008, quer conhecer o ato fático das Câmaras antes que entre em vigência. "Dessa forma, antes que entre em vigência, vamos poder orientá-los quando houver problemas, pois depois da fixação, não há alteração". Pediu, também, que haja razoabilidade nos gastos. "O tribunal insiste na repetição desses parâmetros, para se mostrar parceiro dos municípios".

Elena Garrido disse que sua participação no painel teve o objetivo de aconselhamento e falou da importância, em todos os municípios brasileiros, da organização de um sistema de controle interno na administração. "E que ele funcione, preferencialmente, junto ao gabinete do prefeito, para que ele possa verificar o que realmente acontece e ficar informado de todas as ocorrências", esclareceu.

Ela explicou que o controle interno está presente no artigo 31 da Constituição Federal e que se trata de um grupo de trabalho que irá fiscalizar — assim como as Câmaras Municipais e Tribunal de Contas — os municípios.



Dra. Elena Garrido: "É importante que todos os municípios brasileiros organizem um sistema de controle interno na administração"

E que a Lei de Responsabilidade fiscal, que igualmente faz a exigência do órgão, diz que o relatório de gestão fiscal do chefe do poder executivo do município deverá ser assinado, entre as outras autoridades designadas — que a própria lei cita —, pelo chefe do sistema de controle interno municipal. "Mas, surpreendentemente, alguns tribunais não estão cobrando ainda a participação desse órgão", lamentou.

Meio ambiente em pauta no Congresso

Ações voltadas para a preservação do meio ambiente são apresentadas em reunião plenária no 51º Congresso Estadual de Municípios

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, apresentou os 21 Projetos Ambientais estratégicos, lançado pelo governo do Estado de São Paulo durante sua palestra no Congresso.

O painel foi presidido pelo secretário-geral da APM, Antônio César Simão, e coordenado pelo deputado federal Arnaldo Jardim. E como palestrantes, estiveram presentes, além do secretário, o presidente da Cepam, Felipe Soutello, a coordenadora do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNCGA), Virgínia Muzzel, e o diretor de articulações institucionais do Ministério do Meio Ambiente, Volney Zanardi. Os temas expostos foram "Projetos Ambientais Estratégicos" e "O Meio Ambiente e os Municípios".

Graziano disse que não está na Secretaria do Meio Ambiente para "fazer campeonato de ecologia, mas para ser gestor ambiental do Estado de São Paulo, em nome do governador". E garantiu que o atual governo trabalhará com ações de resultados concretos, tratando dos assuntos que são exigidos pela sociedade. E comen-



Francisco Graziano Neto: "Não estou na Secretaria para fazer campeonato de ecologia, mas para ser um gestor ambiental em nome do governador"

tuou que foi com esse conceito que o governo paulista lançou os projetos, que têm como diretrizes as mudanças climáticas e os reflexos do aquecimento global; o desenvolvimento sustentável; e a gestão eficiente, com resultados e

transparência.

E nesse processo de obtenção de resultados, ele destacou que a participação dos municípios é fundamental por isso foi criado o Projeto Município Verde. E lembrou que para possu-



Carlos Cruz, Marcos Monti, Felipe Soutello, Francisco Graziano, secretário do Meio Ambiente, deputado federal Renato Amari, Antônio César Simão, e Dra. Virginia Muzzel, representando o Ministério do Meio Ambiente

esse título, a cidade vai precisar adotar políticas de educação ambiental, comprometimento com ações para tratamento de esgoto e a desprezo do lixo, entre outros fatores que também serão avaliados e contabilizados para a nota final de cada cidade.

Durante sua apresentação, Graziano assinalou, ainda, a importância da arborização urbana e disse que a Secretaria vai contribuir com os municípios nessa área também. Mas que é preciso fazer algo mais categorizado para isso. "O mundo está aquecendo e as árvores vão nos ajudar a conter isso. Vamos plantar. E vamos plantar agora", convidou. Outro ponto abordado foi a poluição do ar, a emissão de fumaça preta. E apontou como solução a apresentação do Protocolo Verde aos donos de frotas de ônibus e caminhões, comprometendo-os com a regulação dos motores de seus veículos. "Nós queremos que as cidades sejam nota 10 no Município Verde."

Os projetos anunciados são: Cenário Ambiental 2020, Cobrança do Uso da Água, Desmatamento Zero, Ecoturismo, Esgoto Tratado, Etanol Verde, Fauna Silvestre, Gestão de Unidades de Conservação, Investidor Ambiental, Licenciamento Unificado, Litoral Norte, Lixo Mínimo, Mananciais (Guarapiranga, Billings e

Cantareira), Mata Ciliar, Município Verde, Mutirões Ambientais, Pesquisa Ambiental, Reforma Administrativa, Respira São Paulo, São Paulo Amigo da Amazônia e Serra do Mar.

Virginia falou sobre as diretrizes do PNC, que tem o objetivo de formar e capacitar os agentes responsáveis pela elaboração e implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, por meio da criação de um Sistema Municipal de Meio Ambiente, fortalecendo o SISNAMA.

Ela explicou que o programa foi lançado em 2005 e conta com a parceria nacional da Caixa Econômica Federal, Petrobras e Instituto Banco Mundial (WBI). E contou que já foram assinados convênios com 12 estados (aproximadamente de 1.600 municípios), dos quais 5 já concluíram a capacitação. A expectativa é de que, até o segundo semestre, se tenham 17 convênios.

Dentro desse programa, foi firmado um convênio entre o MMA, APM e Petrobras para capacitar os gestores ambientais de todo o Estado de São Paulo, preparando os municípios para a gestão compartilhada do meio ambiente, prevista na Constituição Federal e na legislação que criou o SISNAMA.

Para tal capacitação, serão realizados cursos e, a partir desse treinamento, os municípios poderão criar órgãos

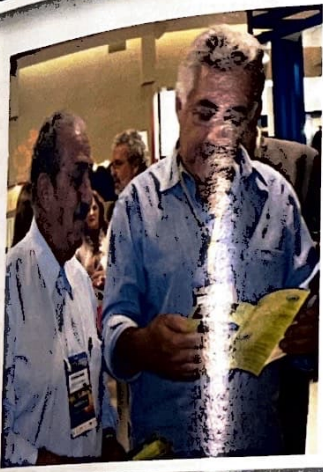
ambientais, que serão responsáveis por licenciamentos, fiscalização e outras ações.

O presidente da CEPAM falou que os municípios têm sua competência no cenário nacional, no entanto é necessário que tenha seu papel definido, pois eles "estão cansados de ganhar novas tarefas sem receber recursos, orientação e parceria das esferas superiores do governo", comentou.

Ele disse também que a responsabilidade sobre o meio ambiente não é somente do governo, e que é preciso haver o comprometimento da sociedade e que os conselhos municipais são instrumentos adequados para que essa mobilização local. E destacou as empresas e consumidores têm que estar atentos ao respeito com o ambiente e que "a educação ambiental é urgente nos municípios e deve ser trabalhada desde a educação infantil, uma vez que as crianças possuem facilidade de compreensão e adaptação que os adultos". Dessa forma, é necessário garantir um futuro mais adequado.

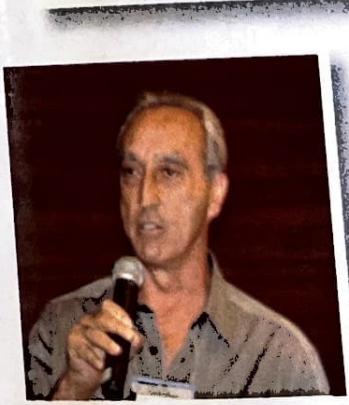
Soutello lembrou que é necessário mudar a forma de fazer com água no Estado de São Paulo. "Não estamos tratando bem as águas. Ela não é de graça e está ficando cada vez mais escassa. Pode não ter mais para nossos netos", concluiu.

GALERIA DE FOTOS





ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

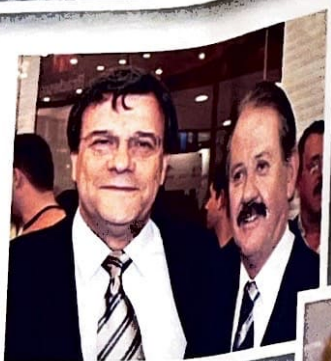
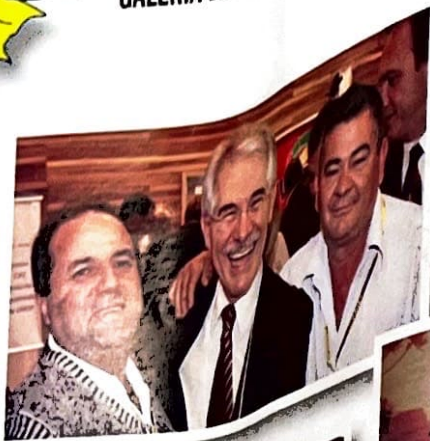


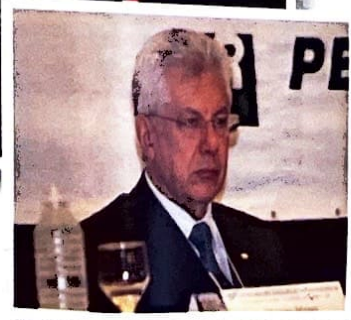




51º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS









Trabalhos passarão pelos órgãos governamentais

Durante o Congresso 51º Congresso Estadual de Municípios, aconteceram deliberações plenárias, nas quais foram aprovadas propostas e moções que já foram encaminhadas aos órgãos competentes.

Ao todo, foram 63 trabalhos aprovados que passarão pela apreciação dos órgãos governamentais. Isso mostra a participação e o interesse dos congressistas pela sua cidade ou região e demonstra, a cada ano, que o evento caracteriza-se como um facilitador deste processo, já que todas as teses aprovadas ficam registradas na Carta do Congresso.



Antonio Sergio Baptista



Tallarico



Flávio Callegari e Clodomiro Toledo

"Vamos desatar o nó da burocracia"

Programa Estadual de Desburocratização é apresentado a prefeitos e vereadores durante o Congresso de Municípios

O Secretário de Estado de Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos, esteve presente no Congresso para divulgar a Lei Geral Municipal das Micro e Pequenas Empresas e o Programa Estadual de Desburocratização. O painel contou, ainda, com a participação do diretor-superintendente do Sebrae-SP, Ricardo Tortorella. O presidente da mesa foi o prefeito de Teodoro Sampaio e 1º tesoureiro da APM, José Ademir Infante Gutierrez, e o coordenador, o deputado estadual Rodrigo Garcia.

O Secretário apresentou o Programa Estadual de Desburocratização, que tem a proposta de otimizar procedimentos e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos, facilitando a vida do empreendedor e reduzindo custos dos serviços públicos para o cidadão. Logo, há necessidade de simplificar os trâmites e reduzir as burocracias bu-

rocráticas. "Está na hora de desatar os nós, porque tem nó por todos os lugares", disse.

O programa irá diminuir o prazo de registro de abertura de empresa (o Estado de São Paulo possui um dos piores indicadores do mundo) deverá cair de 150 para 15 dias. E isso acontecerá por meio do alinhamento de todas as burocracias que existem atualmente.

O alinhamento do qual o Secretário falou trata-se do registro e da contribuição únicos. Isso significa que o cidadão que irá abrir uma empresa, terá um único número, pelo qual será identificado, e terá apenas uma guia de recolhimento, sobre a qual será feito o craqueamento da participação integrada. Isso fará com que haja a unificação da fiscalização, o que significa menos burocracia e mais eficiência na formalização das micro e pequenas empresas.

Falou, também, da outra iniciativa que faz parte do programa, que é a regularização da Lei Geral Municipal das Micro e Pequenas Empresas, que criou um dispositivo chamado pré-empresa, onde o cidadão que estiver no auto-emprego

Ricardo Tortorella: "Os municípios têm possibilidade de crescer com as micro e pequenas empresas, que hoje representam 99% dos estabelecimentos regionais e 67% dos trabalhadores formais"

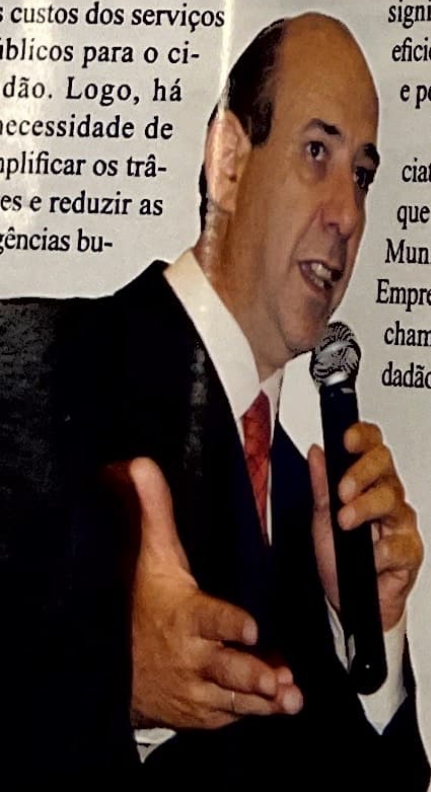


Guilherme Afif Domingos: "Temos que dar apoio ao pequeno empreendedor, pois é ele um dos maiores geradores de empregos"

terá a oportunidade de se formalizar.

O diretor-superintendente do Sebrae-SP disse que os municípios têm grande possibilidade de crescer com as micro e pequenas empresas, que hoje representam 99% dos estabelecimentos regionais e 67% dos trabalhadores formais. E que, com a regulamentação dessa lei, serão criadas novas oportunidades de desenvolvimento para as cidades. Mas, aconselhou aos gestores públicos presentes a comprarem mais dessas empresas locais, fomentando o emprego e o desenvolvimento regional.

Ele explicou que, além dos benefícios tributários "desburocratizantes", de acesso a novos mercados e novas tecnologias, a lei trata também de temas como meio ambiente e responsabilidade social.





"A mãe de todas as reformas"

Palestrantes afirmam que a Reforma Política deve vir fortalecer a democracia brasileira

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e deputado estadual, Vaz de Lima, e o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, estiveram presentes no último painel do 51º Congresso Estadual de Municípios, que teve como tema a "Reforma Política". A reunião plenária foi coordenada pelo deputado estadual Celso Giglio, que abriu os trabalhos realçando a criação da Frente Parlamentar Municipalista, que tem como finalidade defender os interesses dos municípios, reavaliando o pacto federativo.

Vaz de Lima iniciou sua oratória dizendo que a reforma política é a mais importante para a nação brasileira e precisa ser feita para que a democracia possa revigorar-se. "O que precisamos fazer hoje é, dialeticamente, pensar-la, criticá-la e propor novos parâmetros para seu aperfeiçoamento". Mas lembra que,



Arlindo Chinaglia considera importante uma discussão para uma reforma que atente ao aperfeiçoamento da democracia social, não apenas a formal

embora deva ser amplamente discutida pela sociedade, a sua aprovação deve, necessariamente, passar pelo Poder Legislativo.

Ele lembrou que as regras para o mandato devem ser claras. E explicou que concorda com a fidelidade partidária, mas que se preocupa que ela impeça a individualidade no exercício do mandato. "Então, esse tema, que sedimenta a governabilidade no presidencialismo e espanca também a erosão de legitimidade, precisa ser devidamente pensado e normatizado, para não se incorrer numa ditadura dos partidos políticos sobre os parlamentares e nem, no outro extremo, num arremedo dos verdadeiros princípios

que fundamentam o instituto da Representação Política", indagou.

Mais um fator que Vaz de Lima julga preciso para a Reforma Política é a normatização do financiamento das campanhas eleitorais. E ressaltou que esse é um tema que a sociedade brasileira espera que seja colocado na agenda da reforma. "A Cidadania no Brasil cresceu e virou gente. Vamos cuidar para que ela continue encontrando, no devido processo democrático, terreno fértil para seu fortalecimento", finalizou.

Chinaglia refletiu sobre a importância da sociedade decidir sobre os assuntos de seu país. E destacou que os partidos políticos são apenas instrumentos de representação das parcelas do povo, mas que não tem o poder de substituí-los.

Ele também advertiu que o Brasil possui um dos piores índices de distribuição de renda do mundo e remete a esse fato a importância de discutir uma reforma que atente ao aperfeiçoamento da democracia social, não apenas a formal, "que também é muito boa e decisiva, desde que funcione para representar o povo brasileiro". E lembrou que essa mudança se faz necessária, porque um país só se muda por reformas ou por revoluções.

O presidente da Câmara falou, ainda, sobre a tramitação das medidas legislativas para efetivar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo presidente Lula e sobre o aumento de 1% no repasse da União para o Fundo de Participação dos Municípios, anunciado pelo presidente da República, quando recebeu os participantes da Marcha dos Prefeitos para Brasília.

Vaz de Lima: "O que precisamos fazer hoje é pensar, criticar e propor novos parâmetros para o aperfeiçoamento da Reforma Política"





Programação mais que especial

Primeiras Damas encontram-se para discutir temas relacionados à mulher e à sociedade



Maria Helena Vilela, do Instituto Kaplan; Heloisa Helena Ismael, primeira dama de Campos do Jordão; Andrea Monti, coordenadora da Programação Especial; Dra. Albertina, palestrante; e Teresinha Pedrosa, presidente da Câmara de São João da Boa Vista

Cerca de 1.000 congressistas passaram pela Programação Especial do 51º Congresso Estadual de Municípios deste ano. Além das primeiras damas, estiveram presentes na programação também alguns prefeitos, que acompanhavam suas esposas, secretários (as) e técnicos dos municípios.

Durante todos os dias o plenário esteve lotado e atingiu um sucesso surpreendente. A coordenadora, dra. Andrea Siqueira Campos Monti, destacou que, num futuro próximo, será possível integrá-la à programação principal. "Acredito que o conteúdo da programação foi definitivo para atingirmos o sucesso deste ano", disse.

A sessão solene de abertura aconteceu na terça-feira (24 de abril) e foi presidida pela dra. Andrea e pela primeira-dama e presidente do Fundo Social de Campos do Jordão, dra. Heloisa Helena Nunes Ismael.

Nesse mesmo dia, a convidada

especial, Deuseni Goldman, ministrou palestra sobre a revitalização do Parque da Água Branca, sede do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP.

O segundo dia de atividades para as primeiras damas foi marcado por



A primeira dama do Estado, Mônica Serra, prestigiou o evento e participou do encerramento da Programação Especial

palestras que enfocaram a construção da vida e a gravidez na adolescência, e contou com a participação da dra. Lidiane Indiani Perlamagni e da dra. Albertina Duarte, médica ginecologista e coordenadora da Saúde do Adolescente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Foi apresentado, ainda, o Projeto Vale Sonhar, elaborado pelo Instituto Kaplan, numa ação dos Laboratórios Pfizer em parceria com o Fundo Social de Solidariedade e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A iniciativa, que tem como objetivo motivar o jovem a prevenir a gravidez na adolescência, atinge cerca de 11 mil alunos da região do Vale do Ribeira e, em 2 anos já conseguiu diminuir em 91% o número de estudantes grávidas nas 24 escolas que participam do projeto.

A programação especial da quinta-feira (26 de abril) contou com a participação da sra. Ivani Vaz de Lima, que palestrou sobre o tema "A Mulher e o Legislador" e da vereadora e presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, Maria Terezinha de Jesus Pedrosa, que falou sobre a realidade das esposas de políticos e seu cotidiano.

A psicóloga Rosely Sayão também participou das palestras desse dia e falou acerca dos vários papéis da mulher na modernidade. Focando a mulher como mãe, ela recordou que é preciso muito cuidado na hora de educar uma criança e deu dicas para as mães presentes.

No último dia da Programação Especial, esteve presente o secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, Dr. Rogério Amato, que palestrou sobre o "Desenvolvimento Social como fator do equilíbrio social" e a Deputada Estadual Rita Passos, que falou sobre "Projetos Sociais voltados para os idosos".

A sessão solene de encerramento contou com a presença da Presidenta do FUSSESP e Primeira Dama do Estado de São Paulo, Sra. Mônica Serra.

Encontros ambientais

Representantes de projetos e ações ambientais se encontram para discutir o Meio Ambiente

Durante o 51º Congresso Estadual de Municípios, que teve como tema central "Desenvolvimento Sustentável dos Municípios", aconteceram reuniões paralelas que trataram exatamente de algumas questões ambientais, como a reunião ordinária da Associação dos Municípios do Centro do Estado de São Paulo (AMCESP), da Comissão Tripartite do Estado de São Paulo e do Consórcio Intermunicipal Tietê-Paraná (CIPT).

No dia 25 de abril, aconteceu a primeira reunião, a da Comissão Tripartite do Estado de São Paulo, que contou com a presença da coordenadora do Programa Nacional de

Capacitação de Gestores Ambientais, Virgina Muzell; da gerente executiva do Ibama em São Paulo, Analice Pereira; do secretário-geral da APM e gestor do projeto de capacitação de gestores no Estado de São Paulo, Antônio César Simão; do presidente estadual na Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMA), João Ricardo; e do coordenador de relações institucionais da Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM), Carlos Sodré.

Durante a reunião foram discutidos a agenda e últimos acertos do projeto de capacitação de gestores ambientais.

No dia 27 de abril, aconteceram os encontros da AMCESP e do CIPT, que contaram com as presenças do presidente da Associação e prefeito de Bariri, Francisco Leoni Neto, e do presidente do Consórcio e prefeito de Jaú, João Sanzovo Neto. Além de prefeitos e vices de vários municípios, secretários, empresários e convidados.

Na ocasião, o CIPT fez o pré-lançamento do Festival do Rio Tietê, marcado para o período de 1 a 30 de setembro. O evento será o maior já realizado no interior paulista e envolverá cerca de 200 cidades às margens ou próximas ao rio Tietê.



O Volare Acesso Fácil facilita o transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, deficiências visuais, auditivas, gestantes, idosos e obesos. Projetado para atender exigências normativas de acessibilidade, possui itens como:

- Low Entry: para o embarque e desembarque, o piso fica no mesmo nível da calçada.
 - Sistema pneumático de rebaixamento da suspensão traseira.
 - Espaço reservado para cadeira de rodas.
 - Para deficiências visuais: corrimão tátil e perfis transversais (em relevo) para "sinalizar" e facilitar o acesso.
 - Para deficiências auditivas: itinerário interno com informações sobre o trajeto (item opcional).
- Consulte sobre outros itens e conheça também as Unidades Móveis Volare.



Janela baixa para o cadeirante visualizar o trajeto.

Perfis transversais no piso para deficiências visuais.

**ESTÁ "PINTANDO" O
VOLARE ACESSO FÁCIL
NO SEU CAMINHO!**

VOLARE

Sempre tem um Volare "pintando" no seu caminho!
www.volare.com.br • SAC 0800 7070078

Notáveis do jornalismo brilham no congresso

Durante Congresso de Municípios, personalidades expõem suas percepções sobre temas que envolvem a sociedade brasileira

Como encerramento das sessões temáticas diárias, o 51º Congresso Estadual de Municípios trouxe grandes nomes do jornalismo brasileiro, como Lúcia Hippólito, Carlos Alberto Sardenberg, Juca Kfoury e Fernando Moraes. Os notáveis teceram seus comentários sobre política, esporte e economia brasileira.

LÚCIA HIPPOLITO - A DEFESA DO MUNICIPALISMO

Na terça-feira (24 de abril), a analista política, comentarista da Rádio CBN, da Globo News e do jornal O Estado de S. Paulo, Lúcia Hippólito, em seu discurso criticou a política centralizadora da União e adotou uma postura municipalista que contagiou aos prefeitos e vereadores presentes no plenário. "Há problemas que o Brasil precisa consertar. E um deles é a descentralização." "O município cuida melhor que o Estado. E o Estado, melhor que a União", completou. Para ela, seria ideal adotar um modelo diferente de federação, e cita como exemplo os Estados Unidos, onde cada município possui seu próprio sistema de administração.

Lúcia ressaltou que cada município possui sua particularidade e que precisam ser tratados de acordo com elas. "É impossível criar uma política única para cada município, sem conhecer a realidade e necessidade de cada um", comentou.



Encontros ambientais

Representantes de projetos e ações ambientais se encontram para discutir o Meio Ambiente

Durante o 51º Congresso Estadual de Municípios, que teve como tema central "Desenvolvimento Sustentável dos Municípios", aconteceram reuniões paralelas que trataram exatamente de algumas questões ambientais, como a reunião ordinária da Associação dos Municípios do Centro do Estado de São Paulo (AMCESP), da Comissão Tripartite do Estado de São Paulo e do Consórcio Intermunicipal Tietê-Paraná (CIPT).

No dia 25 de abril, aconteceu a primeira reunião, a da Comissão Tripartite do Estado de São Paulo, que contou com a presença da coordenadora do Programa Nacional de

Capacitação de Gestores Ambientais, Virgínia Muzell; da gerente executiva do Ibama em São Paulo, Analice Pereira; do secretário-geral da APM e gestor do projeto de capacitação de gestores no Estado de São Paulo, Antônio César Simão; do presidente estadual na Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMA), João Ricardo; e do coordenador de relações institucionais da Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM), Carlos Sodré.

Durante a reunião foram discutidos a agenda e últimos acertos do projeto de capacitação de gestores ambientais.

No dia 27 de abril, aconteceram os encontros da AMCESP e do CIPT, que contaram com as presenças do presidente da Associação e prefeito de Bariri, Francisco Leoni Neto, e do presidente do Consórcio e prefeito de Jaú, João Sanzovo Neto. Além de prefeitos e vices de vários municípios, secretários, empresários e convidados.

Na ocasião, o CIPT fez o pré-lançamento do Festival do Rio Tietê, marcado para o período de 1 a 30 de setembro. O evento será o maior já realizado no interior paulista e envolverá cerca de 200 cidades às margens ou próximas ao rio Tietê.

O Volare Acesso Fácil facilita o transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, deficiências visuais, auditivas, gestantes, idosos e obesos. Projetado para atender exigências normativas de acessibilidade, possui itens como:

- Low Entry: para o embarque e desembarque, o piso fica no mesmo nível da calçada.
- Sistema pneumático de rebaixamento da suspensão traseira.
- Espaço reservado para cadeira de rodas.
- Para deficiências visuais: corrimão tátil e perfis transversais (em relevo) para "sinalizar" e facilitar o acesso.
- Para deficiências auditivas: itinerário interno com informações sobre o trajeto (item opcional).

Consulte sobre outros itens e conheça também as Unidades Móveis Volare.



Perfis transversais no piso para deficiências visuais.

Janela baixa para o cadeirante visualizar o trajeto.

**ESTÁ "PINTANDO" O
VOLARE ACESSO FÁCIL
NO SEU CAMINHO!**

VOLARE

Sempre tem um Volare "pintando" no seu caminho!
www.volare.com.br • SAC 0800 7070078



Notáveis do jornalismo brilham no congresso

Durante Congresso de Municípios, personalidades expõem suas percepções sobre temas que envolvem a sociedade brasileira

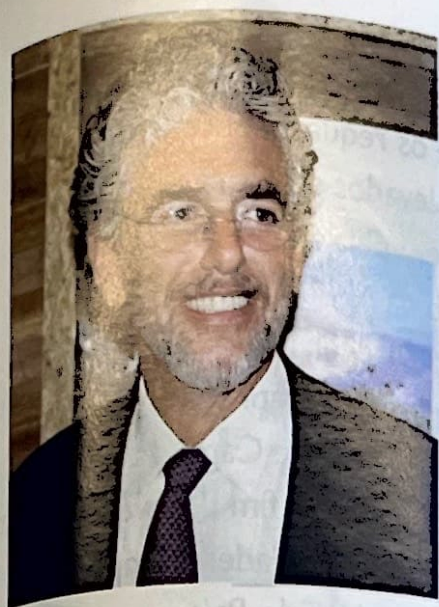
Como encerramento das sessões temáticas diárias, o 51º Congresso Estadual de Municípios trouxe grandes nomes do jornalismo brasileiro, como Lúcia Hippólito, Carlos Alberto Sardenberg, Juca Kfoury e Fernando Morais. Os notáveis teceram seus comentários sobre política, esporte e economia brasileira.

LÚCIA HIPPÓLITO - A DEFESA DO MUNICIPALISMO

Na terça-feira (24 de abril), a analista política, comentarista da Rádio CBN, da Globo News e do jornal O Estado de S. Paulo, Lúcia Hippólito, em seu discurso criticou a política centralizadora da União e adotou uma postura municipalista que contagiou aos prefeitos e vereadores presentes no plenário. "Há problemas que o Brasil precisa consertar. E um deles é a descentralização." "O município cuida melhor que o Estado. E o Estado, melhor que a União", completou. Para ela, seria ideal adotar um modelo diferente de federação, e cita como exemplo os Estados Unidos, onde cada município possui seu próprio sistema de administração.

Lúcia ressaltou que cada município possui sua particularidade e que precisam ser tratados de acordo com elas. "É impossível criar uma política única para cada município, sem conhecer a realidade e necessidade de cada um", comentou.





"O FUNDEB val expor com clareza nunca vista no Brasil que precisamos de mais dinheiro para a educação do que está sendo oferecido"

César Callegari
- Secretário Municipal de Educação de Taboão da Serra



"Para um país precisar de um estatuto que proteja a criança e o adolescente, é porque as coisas vão muito mal"

Rosely Sayão - Psicóloga

"A Lei de Responsabilidade Fiscal deveria ser ampliada e aplicada na União"

Antônio Roque Citadini -
Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



"A Comissão Legislativa Participativa é um caminho muito mais curto para que a população possa contribuir efetivamente com o trabalho do legislativo"

Deputado Federal Eduardo Amorim
- Presidente da Comissão Legislativa Participativa da Câmara Federal

"É necessário melhorar o aparelhamento policial"

Dr. Ruyrillo Pedro de Magalhães
- Conselheiro Vitalício do Conselho Nacional das Guardas Municipais



"O poder público não nasceu para ser bonito, mas para atender às necessidades da sociedade"

Deputada Célia Leão



"O óbvio não vigora sobre nós, a menos que haja uma lei"

Dr. Marcos Augusto Perez - Advogado

Todas as teses, proposições, moções e os requerimentos que foram levados ao Congresso, após passarem pela análise do corpo técnico da APM e receberem o respectivo parecer, foram submetidos ao plenário e, os aprovados, fazem parte da Carta de Campos do Jordão, aprovada no fim do evento e enviada às autoridades competentes do Estado e do País.



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Av. São Luiz, nº 99 - 13º e 14º andares - Centro- CEP 01046-001 - SÃO PAULO - SP
FONE / FAX: (011) 2165-9999 - E-Mail: apaulista@apaulista.org.br - Home Page: www.apaulista.org.br

Individuosamente DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL que somente poderá ser alcançado através de profunda discussão do PACTO FEDERATIVO. Discussão sempre e sempre adiada mas que não pode mais ser postergada; que deve começar, imediatamente, pela união dos municípios paulistas, conduzida pela APM em conjunto com as entidades regionais do Estado de São Paulo e que, certamente, será transformada em bandeira de luta de todo o movimento municipalista nacional.

Vamos começar nossa luta pela partilha tributária, encaminhando ao Congresso Nacional, com pedido de urgência, proposta de EMENDA CONSTITUCIONAL, aprovada por unanimidade no Plenário deste Congresso, que dá nova redação aos incisos I e II do art. 158 da Constituição Federal, alterando a atual forma de distribuição do ICMS, com fixação do valor adicionado em 50% (cinquenta por cento), ficando os restantes 50% (cinquenta por cento) sujeitos à normatização pela legislação estadual, isto porque, segundo a justificativa da proposta, a atual forma de distribuição está superada, na medida em que privilegia um pequeno número de Municípios brasileiros, em detrimento da imensa maioria, bastando lembrar que, no Estado de São Paulo, apenas 17 dos 645 Municípios ficam com 54% dos repasses do ICMS. A situação não é diferente nos outros Estados.

A hora é agora, vamos iniciar, imediatamente, a nova batalha em defesa do DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS!

Campos do Jordão, 28 de abril de 2007.


MARCOS MONTI
Presidente da Associação Paulista de Municípios - APM

OBS.: A Carta completa com as teses e proposições aprovadas estão disponíveis em nosso site www.apaulista.org.br



A Associação Paulista de Municípios agradece a todos pelo apoio na realização do 51º Congresso Estadual de Municípios.



União entre Estados e municípios

Reunião com governador de Minas Gerais fortalece os interesses comuns

Presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marcos Monti, esteve em audiência com o governador de Minas Gerais, Aécio Neves.

O encontro teve como objetivo o fortalecimento da união entre Estados e Municípios com relação aos interesses comuns.

O Encontro aconteceu na residência oficial do governador, Palácio das Mangabeiras. Após o encontro, o governador Aécio Neves foi à abertura oficial do 24º Congresso Mineiro de Municípios, onde as quatro entidades estaduais assinaram convênio de cooperação e troca de experiências.



Marcos Monti, presidente da Associação Paulista de Municípios e ex-prefeito de São Manuel; Aécio Neves, governador de Minas Gerais; Celso Cota, presidente da Associação Mineira de Municípios e prefeito de Mariana (MG); João Guerino Balestrassi, presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo, prefeito de Colatina (ES); Representante da Associação dos Prefeitos e dos Municípios do Estado do Rio de

UNIFAE

Alunos em ação

Estudantes de faculdade de São João da Boa Vista prestam assessoria para o Congresso

O centro universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE) de São João da Boa Vista enviou dez de seus alunos para prestar assessoria de imprensa para o 51º Congresso Estadual de Municípios, em Campos do Jordão. Os estudantes selecionados cursam Jornalismo e Publicidade e Propaganda.

Para o reitor da Unifae, professor Valdemir Samonetto, que também esteve presente no Congresso, a experiência é de grande importância para a faculdade e para os alunos, que puderam entrar em contato direto com grandes nomes da política brasileira

e trabalhar num laboratório externo, com toda a estrutura da imprensa. “Dessa forma, eles puderam colocar em prática o que aprendem na faculdade.” O vice-reitor, Luiz Antônio de Souza, afirmou que recebeu o convite da APM com muita alegria, mas também com muita responsabilidade, pelo tamanho e importância do Congresso.

Além do trabalho de assessoria de imprensa, os alunos desenvolveram materiais institucionais e pedagógicos em vídeo, que serão disponibilizados para a faculdade e APM. O coordenador do grupo, professor Francisco de Assis Arten, explicou que os alunos

tiveram, nesses dias, a oportunidade de participar de um grande evento e “ver de perto os problemas, as dificuldades dos municípios, além de praticar o bom jornalismo e ter contato com nomes de projeção da política e da comunicação brasileiras”.

Os alunos Ana Catarina Prebill e Edson José Balista explicam que, embora tenha sido um grande trabalho e uma grande responsabilidade, foi muito gratificante e enriquecedor participar do evento, onde puderam exercer a prática cotidiana da profissão. “Considero esta iniciativa louvável por dar suporte para que os alunos representem a Universidade em todos os setores. No nosso caso, estivemos em contato direto com a imprensa do Estado de São Paulo, por meio do envio de reais, flashes ao vivo para rádios, preparação de coletivas e recebimento de equipes de TV”, disse Balista.



51º Congresso Estadual de Municípios fecha com chave de ouro

Governador José Serra, que estava em viagem internacional, envia vídeo de saudações aos congressistas, ressaltando a importância do evento

Durante uma semana, representantes das três esferas do governo estiveram reunidos em Campos do Jordão para discutir alguns dos pontos mais relevantes e atuais da política brasileira, sobretudo acerca do tema central do Congresso "O desenvolvimento sustentável dos municípios".

A solenidade de encerramento foi comandada pelo presidente da APM, Marcos Monti, e contou com as presenças do prefeito de Campos do Jordão, João Paulo Ismael; do prefeito de Santa Fé do Sul, Itamar Borges; dos deputados estaduais Paulo Alexandre, Aloísio Vieira, Bruno Covas e Celso Giglio; do diretor-superintendente do Sebrae/SP, Ricardo Tortorella; do presidente da Câmara de Campos do Jordão, Ricardo Malaquias Pereira; do sub-chefe da Secretaria do Estado da Casa Civil, Jaime Gimenez; e do coordenador nacional do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, Sandro Salvatore.

O governador José Serra não

pôde estar presente no encerramento do Congresso, devido a uma viagem internacional, mas enviou um vídeo em que saudou os congressistas e ressaltou a importância do evento, que contou com o apoio do governo estadual.

Tortorella afirmou que o Congresso é uma importante ferramenta para os prefeitos, secretários municipais e vereadores, pela oportunidade que eles encontram na troca de experiências e no acesso a informações e busca por soluções conjuntas.

Monti, durante seu discurso final, lembrou que o desenvolvimento sustentável só será realmente uma realidade quando os municípios tiverem recursos para suprir as suas necessidades e advertiu que "sem ele, estamos destruindo a nossa própria casa. O nosso próprio País".

E disse, ainda, que é necessário manter a unidade do movimento municipalista, para que continue havendo conquistas para as cidades e declarou que a Associação Paulista de Municípios quer uma audiência

com o governador, para que possa ser entregue a Carta do Congresso.

PRÊMIO PREFEITO EMPREENDEDOR

Antes do encerramento oficial do 51º Congresso Estadual de Municípios, foi lançado o Prêmio Prefeito Empreendedor Mário Covas. A premiação reconhece as iniciativas inovadoras de prefeitos que atuam em favor da construção de criação de projetos e ações empreendedoras que promovem o crescimento socioeconômico da cidade.

O prêmio foi entregue ao prefeito da estância turística de Santa Fé do Sul, Itamar Borges, que, representando os gestores municipais do Estado de São Paulo, incentivou todos os prefeitos a participarem do prêmio.

O diretor-superintendente do Sebrae-SP, Ricardo Tortorella, afirmou que os pequenos negócios são a maioria das empresas, a força do emprego e a base do crescimento sustentável. "O prêmio estimula a melhoria do ambiente empreendedor no município", destacou.

A tecnologia atendendo as micro e pequenas empresas

IPT implementa ações para minimizar carência tecnológica de pequenos negócios

DIVULGAÇÃO / IPT



Unidade Móvel de Atendimento Tecnológico às MPes do Estado de São Paulo

En abril de 2007, realizou-se, em São Paulo, o II Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, promovido pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, com o objetivo de discutir a questão da inovação na política industrial do Brasil e formular um roteiro de propostas a ser levado a diferentes instâncias de governo.

A micro e pequena empresa (MPE) foi pauta destacada de discussão considerando, como explicita o documento resultante do Congresso, a força dos

pequenos negócios – são 5 milhões de empresas formais (99% do total das empresas brasileiras), 57,2% dos empregos totais e 26% da massa salarial. São, contudo, negócios com baixa intensidade de capital, mão-de-obra não qualificada ou semi-qualificada e baixo investimento em inovação tecnológica. A estratégia de inovação mais adotada pela MPEs é a incorporação de máquinas e equipamentos.

O IPT, cumprindo parte de sua missão de apoio tecnológico ao setor

produtivo, tem implementado ações no sentido de suprir ou minimizar essa carência tecnológica com o Prumo – Projeto Unidades Móveis de Atendimento Tecnológico e com o Progex – Programa de Apoio Tecnológico à Exportação.

PRUMO – PROJETO UNIDADES MÓVEIS DE ATENDIMENTO TECNOLÓGICO

O Prumo, destinado, principalmente, a atender as MPEs, é um serviço de apoio tecnológico que vai até a empresa com a finalidade de alterar seu patamar tecnológico de operação, corrigindo erros e vícios, melhorando a qualidade dos produtos e processos, reduzindo custos de fabricação, aumentando a produtividade, qualificando a mão-de-obra, reduzindo a devolução de pedidos na busca da conquista de clientes mais exigentes e mais adequada inserção no mercado interno e externo.

Face ao sucesso da metodologia adotada pelo PRUMO e seus resultados, o Programa, desde 2004, funciona em nível federal por meio da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e do MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia).

As Unidades Móveis do Prumo nada mais são do que veículos utilitários equipados com aparelhos laboratoriais portáteis, específicos para o setor produtivo a que se destina, operados por uma equipe formada por um engenheiro e um técnico do IPT, que identificam e solucionam os principais problemas técnicos, consi-

derando as condições de cada empresa e suas eventuais limitações.

Um exemplo de caso de sucesso do Prumo é o da empresa Conved - Comércio de Vedações e Artefatos de Borrachas Ltda. A empresa enfrentava problemas com os protetores auriculares que produzia por falta de qualidade do produto final.

A equipe do Prumo borracha foi até ela, realizou o diagnóstico e, durante o atendimento, procedeu a algumas alterações no processo produtivo: mudança da temperatura de vulcanização do composto de borracha e ensaios de reometria para determinar o tempo de vulcanização à nova temperatura proposta. Os resultados foram promissores, com redução no tempo de vulcanização de 5 para 2 minutos e 30 segundos, com resultante aumento de produtividade (em 100%), de 5000 para 10.000 peças/dia, com a qualidade desejada no produto final.

PROGEX - PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO À EXPORTAÇÃO DAS MPMEs

A economia mundial, aberta e globalizada, exige das empresas capacidade para competir no mercado internacional. Trata-se de requisito básico para a dinamização da atividade econômica do País.

Esta capacidade está, naturalmente, associada a um amplo conjunto de fatores. Dentre os que influem mais fortemente na competitividade, destacam-se a qualidade e os custos dos insumos de produção; a adequação dos processos produtivos que determinam os níveis de produtividade e a qualidade do produto final; problemas de design e embalagem, além dos de natureza tributária, creditícia e barreiras internacionais.

Para auxiliar as MPMEs (médias empresas incluídas) no seu desafio de conquistar mercados em uma economia globalizada, o IPT concebeu e implementou o Progex - Programa de Apoio à Exportação.

O Progex iniciou-se em 1999, por meio de convênio firmado entre o IPT, SEBRAE/SP, contando com o apoio da SCTDE, para atender às MPMEs paulistas que encontravam impedimentos tecnológicos para exportar. Os "gargalos" tecnológicos incluíam falta de qualidade dos produtos e processos, custos elevados, o não atendimento às normas técnicas internacionais, certificações, design, embalagens inadequadas dentre outros.

Como exemplo de atendimento pelo Progex, hoje já acima de 700 casos, pode-se citar duas empresas que acabaram de ganhar o II Prêmio Exporta São Paulo 2006, da SCTDE e da Associação Comercial de São Paulo, pelo desempenho de exportação: Takaoka e Huber.

A K. Takaoka Ind. E Com. Ltda., empresa do setor médico hospitalar, pretendia exportar seu produto - ventilador pulmonar usado em UTI para tratamento de pacientes, adultos ou neonatal, com problemas de insuficiência respiratória - para o mercado europeu,

Ventilador Pulmonar - produto adequado pelo Progex/IPT

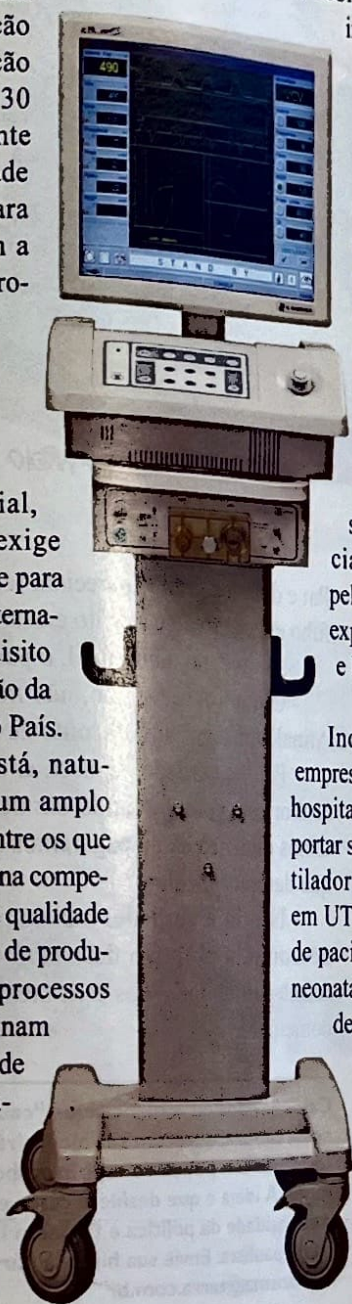
Ásia e Arábia. O Progex assessorou a empresa na adequação do produto para atender aos regulamentos e normas técnicas exigidos pelos respectivos mercados. Com a conformidade do produto face aos quesitos técnicos e posterior obtenção da marcação CE, o resultado foi mais que satisfatório. Além de exportar, conquistou o Prêmio Exporta São Paulo e mais outros cinco na Top Hospitalar, pela qualidade do produto.

A empresa Huber Suhner América Latina Ltda. Atua no setor de bens de telecomunicação e é fornecedora de componentes e sistemas para conectividade elétrica e óptica para os mercados de comunicação (telefonia fixa e móvel), de transporte e indústria. A empresa utilizou o Progex para exportar um conector óptico para a América Latina, dispositivo passivo que conecta a fibra óptica seja de um cabo ou de um cordão. Os resultados foram plenamente satisfatórios e o atendimento do Progex contribuiu para a empresa conquistar novos mercados principalmente na Argentina, aumentando em 30% as exportações e em outros 30% as vendas no mercado interno, além de ser agraciada com o Prêmio Exporta São Paulo.

A parceria entre o setor produtivo e as instituições públicas de pesquisa tem permitido a inovação tecnológica, de forma abrangente, de setores importantes do segmento das MPMEs. É fundamental que o poder público dê continuidade a essas ações em sintonia com o apoio à criação de pequenas empresas de base tecnológica, incubadoras e parques tecnológicos, todos agentes de promoção da inovação em países desenvolvidos.

MARI TOMITA KATAYAMA - pesquisadora do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) - tel.: (11) 3767-4204 - e-mail: katayama@ipt.br

ROS MARI ZENHA - pesquisadora do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) - tel.: (11) 3767-4560 - e-mail: rosmari@ipt.br



Que prejuízo, que nada



Por Claudio Manesco

Dizem que o que vem a seguir, de fato, aconteceu. E foi na região central do Estado de São Paulo, numa grande cidade que até nome de sanduíche já virou. Lá, um certo deputado estadual e seu filho teriam participado de uma longa negociação com um gráfica sobre o preço a ser pago pelo material de campanha.

O pai, negociante de velha estirpe – para quem não tem tempo nem hora para uma pechincha – esmerava-se em enumerar as razões pelas quais o dono da gráfica deveria reduzir em 30% os valores anteriormente orçados e já realizados.

O dono da gráfica, coitado, esgrimia com toda a habilidade para evitar prejuízos maiores – o pagamento já estava atrasado e seus fornecedores lhe pressionavam.

O filho apenas escutava. Pensava com os seus botões sobre as razões que levavam o pai a se estender numa prosa interminável sobre um assunto que lhe parecia prosaico e inverossímil.

Após vários cafés e telefonemas trocados, observou-se um apertar de mãos e um caloroso “negócio fechado!!!”.

Pai e dono da gráfica pareciam felizes e realizados, mas o filho encontrava-se atônito e acabrunhado.

Saíram e, no automóvel, o pai perguntou:

- O que foi meu filho; não ficou feliz com o acerto? Afinal, consegui um desconto de 29%!

- Pai, na verdade, eu nada entendi. Não sei por que o senhor está comemorando um desconto. Afinal, nós não temos dinheiro e não pagaremos nada. Não combinamos que daremos o calote?

- Isso lá é verdade, mas raciocine comigo: com o desconto, o prejuízo dele também será menor. Desta forma ganhamos todos e existem grandes motivos para comemorar.

Casos havidos ou romanceados, “causos” são objeto desta nossa cultura, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que desfilem casos e “causos” que resgatem a curiosidade da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br



A missão da Mercosul é atender de maneira ética, produtos com qualidade, durabilidade e segurança.

Além deste compromisso, a Mercosul acredita no poder de inclusão social que o uniforme possui. Uniformizar os alunos da rede pública de ensino significa dar a eles as mesmas condições de apresentação, promover a auto-estima e possibilitar a identificação imediata, agregando valores como disciplina, respeito e dignidade.



Mercosul

por um ensino de qualidade

www.mercosulcomercial.com

Nosso carinho o Brasil sente no paladar

LÍDER
EM
ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR



Dedicação e comprometimento são alguns dos ingredientes que fazem da Coan líder na terceirização de alimentação escolar!

Com unidades instaladas em 14 estados brasileiros e servindo mais de 2 milhões de refeições por dia, a qualidade Coan está presente também em empresas privadas e órgãos públicos como hospitais, repartições, restaurantes populares, indústrias e usinas.

Satisfação dos clientes, excelência em serviços, qualidade no atendimento, preocupação com o próximo e carinho em tudo o que faz, são as características das empresas como a Coan, comprometidas com a responsabilidade social e com o progresso brasileiro.

Coan, investindo no futuro do Brasil.

